

Sónia Cristina da Silva Azevedo

**MAIS DISCIPLINA,
MELHOR EDUCAÇÃO**

**Representações dos docentes e alunos
do 2º ciclo do Ensino Básico**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

Orientador: Professor Doutor Paulo Delgado

Porto 2013

Sónia Cristina da Silva Azevedo

**MAIS DISCIPLINA,
MELHOR EDUCAÇÃO**

**Representações dos docentes e alunos
do 2º ciclo do Ensino Básico**

Projeto apresentado na Escola Superior de Educação do Instituto
Politécnico do Porto para a obtenção do grau de mestre

Mestrado em Administração de Organizações Educativas

Orientador: Professor Doutor Paulo Delgado

2013

“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista dos seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa”
(Albert Einstein)

DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho às pessoas mais importantes da minha vida. Sem elas a concretização deste sonho não teria sido possível.

Ao meu padrinho, Pe. Manuel, que foi e sempre será, uma referência de vida, uma fonte inesgotável de inspiração; que esteve sempre presente quando precisei dele; que teve as palavras certas para os momentos mais incertos; que me ensinou a acreditar em mim mesma e a nunca desistir, por mais duros que sejam os obstáculos com que nos deparamos.

Aos meus pais, Fernando e Cândida, e ao meu irmão, João Pedro, por tudo o que me ensinaram e transmitiram e pelo seu apoio incondicional e palavras de incentivo constantes.

A estas pessoas devo tudo o que sou.

Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Ao professor Doutor Paulo Delgado, pelas suas excelentes orientações, pelo seu valioso contributo científico, por todo o apoio e incentivo constantes ao longo do desenvolvimento do projeto.

A todos os professores do curso de mestrado pelos conhecimentos que transmitiram e pela disponibilidade que sempre demonstraram para nos ajudar.

Aos colegas e alunos que participaram neste estudo, dando o seu precioso contributo na recolha dos dados empíricos através dos inquéritos por questionário.

Aos meus colegas de mestrado pelos bons momentos que passámos e pelo apoio. Um agradecimento particular à Iolanda, com quem partilhei esta aventura, pelo seu apoio e incentivo em todos os momentos.

RESUMO

A indisciplina em contexto de sala de aula, apesar de não ser um fenómeno recente, é, hodiernamente, um dos problemas mais emblemático que se coloca às escolas portuguesas. O mesmo pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem, afetando não só as aprendizagens dos alunos, mas também os próprios docentes, desenvolvendo, nestes últimos, uma grande instabilidade emocional e profissional.

No âmbito deste projeto de mestrado, analisamos o fenómeno da indisciplina em sala de aula, procurando definir o conceito, identificar as suas causas e consequências, os seus níveis, a sua frequência e gravidade, as formas de atuação dos docentes e conhecer as propostas de professores e alunos para minimizar os problemas disciplinares.

Sob o ponto de vista metodológico, optámos por um estudo de caso circunscrito a uma realidade concreta, isto é, de uma EB 2/3. Para a realização do mesmo, seguimos uma abordagem de orientação mista (qualitativa e quantitativa), partindo das representações dos sujeitos, através da aplicação de inquéritos por questionário a professores e alunos do 2º ciclo do ensino básico.

A partir do conhecimento da realidade, projetamos um plano de ação intitulado “Tu consegues fazer melhor!”, cujo principal intuito é acompanhar os alunos com problemas comportamentais, desenvolvendo neles competências sociais.

Palavras-Chave: Indisciplina; sala de aula; alunos; professores; tutoria

ABSTRACT

Indiscipline in the context of the classroom, although not a recent phenomenon, is actually, one of the most emblematic problems posed to Portuguese schools. The same can compromise the teaching-learning process, affecting not only student learning, but also the teachers themselves, developing, these last, a great professional and emotional instability.

Under this master's project, we analyze the phenomenon of indiscipline in the classroom, trying to define the concept, identify its causes and consequences, their levels, their frequency and severity, the forms of action and meet the teachers' proposals teachers and students to minimize disciplinary problems.

From the methodological point of view, we have chosen a case study confined to a concrete reality, i.e. an EB 2/3. To achieve the same, we follow an approach of mixed orientation (qualitative and quantitative), starting from the representations of the subject, through the application of questionnaire surveys to teachers and students of the 2nd cycle of basic education.

From the knowledge of reality, we design an action plan entitled "You can do better!" whose main purpose is to track students with behavioral problems, developing on them social skills.

Keywords: Indiscipline; classroom, students, teachers, tutoring.

ABREVIATURAS

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

EA – Estatuto do Aluno

EB 2/3 – Escola do Ensino Básico com segundo e terceiro ciclos

MIME – Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar

PE – Projeto Educativo

RI – Regulamento Interno

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

ÍNDICE GERAL

Índice de Quadros	12
Índice de Gráficos.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
1. Apresentação do Problema e Formulação da Pergunta de Partida	17
2. Relevância e Pertinência do Problema.....	17
3. Razões da Escolha do Problema	18
4. Objetivos Gerais do Projeto.....	18
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGAL	20
Capítulo I – A Indisciplina na Escola	20
1. Conceito de (In)disciplina.....	20
2. A Indisciplina nas Organizações Educativas.....	25
3. Níveis de Indisciplina	27
4. Causas e Consequências da Indisciplina.....	29
Capítulo II – A Indisciplina nos Normativos Legais	35
1. Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro	35
PARTE II – FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	41
Capítulo III – A Construção do Objeto de Estudo	41
1. Objetivos Específicos da Investigação Empírica	41
2. Metodologia	41
3. Público-Alvo.....	44
4. Técnicas de Recolha de Dados	44
5. Técnicas de Tratamento de Dados	45
Capítulo IV – Contextualização	47
1. Caracterização da Instituição/Campo Específico do Projeto	47
2. Caracterização do Problema	49
Capítulo V – Apresentação e Análise dos Resultados.....	54
1. Caracterização da Amostra.....	54
2. Inquérito por Questionário a Docentes.....	54
3. Inquérito por Questionário a Alunos.....	68
PARTE III - PLANO DE AÇÃO.....	76
1. Nota Introdutória.....	76
2. Objetivos Gerais.....	78
3. Enquadramento Organizacional	78
3.1. Conselho de Tutoria.....	78

3.2. Tempo atribuído à Ação Tutorial	79
3.3. Número de Alunos Tutorados por Professor Tutor	79
4. Papéis dos Intervenientes no Programa de Tutoria	79
4.1. Definição Geral do Papel dos Intervenientes	79
4.2. Perfil do Professor-Tutor	81
4.3. Funções do Professor-Tutor	82
4.4. Perfil do Aluno Tutorado	82
5. Operacionalização.....	83
CONCLUSÃO	86
BIBLIOGRAFIA.....	89
APÊNDICES	II
Autorização do MIME para Aplicação dos Inquéritos.....	III
Inquérito por Questionário aos Docentes	IV
Inquérito por Questionário aos Alunos.....	XI
Formulário para Proposta de Frequência do Programa de Tutoria	XV
Ficha Individual do Aluno Tutorado	XVI
Ficha de Autoavaliação do Programa de Tutoria - Alunos	XX
Guião do Relatório do Programa de Tutoria – Finais de Período.....	XXII

Índice de Quadros

Quadro 1: Alunos matriculados no sistema de ensino de 1990-2011	33
Quadro 2: Número de alunos por nível de ensino	47
Quadro 3: Número de professores por nível de ensino	48
Quadro 4: Casos de Indisciplina	50
Quadro 5: Medidas Disciplinares Sancionatórias	50
Quadro 6: Grau de gravidade dos diferentes tipos de indisciplina.....	57
Quadro 7: Estratégias para promover a disciplina.....	60
Quadro 8: Descrição de situações de indisciplina que os docentes não foram capazes de controlar ou resolver	61
Quadro 9: Descrições de situações de indisciplina que os docentes foram capazes de controlar ou resolver	62
Quadro 10: Adequação das medidas adotadas pela escola nos casos de indisciplina	66
Quadro 11: Estratégias dos docentes para reduzir os casos de indisciplina	67
Quadro 12: Grau de gravidade dos diferentes tipos de indisciplina.....	71
Quadro 13: Estratégias dos alunos para reduzir os casos de indisciplina	73

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Percentagem de retenções.....	48
Gráfico 2: Evolução do comportamento das turmas.....	51
Gráfico 3: Sexo dos docentes inquiridos	55
Gráfico 4: Idade dos docentes inquiridos	55
Gráfico 5: Tempo de serviço dos docentes inquiridos	55
Gráfico 6: Formação académica dos docentes	56
Gráfico 7: Casos mais comuns de indisciplina	56
Gráfico 8: Causas da indisciplina em sala de aula	58
Gráfico 9: Evolução da indisciplina em sala de aula.....	59
Gráfico 10: Grau de gravidade das situações de indisciplina em sala de aula	59
Gráfico 11: Consequências da indisciplina.....	60
Gráfico 12: Incapacidade dos docentes para resolver/controlar problemas disciplinares	61
Gráfico 13: Definição de regras de sala de aula nas primeiras aulas	63
Gráfico 14: Definição de regras de sala de aula.....	64
Gráfico 15: Importância do Regulamento Interno	64
Gráfico 16: Conhecimento do Regulamento Interno	64
Gráfico 17: Realização de atividades de promoção da disciplina	65
Gráfico 18: Medidas mais adotadas pela escola nos casos de indisciplina em sala da aula.....	65
Gráfico 19: Sexo dos alunos inquiridos.....	68
Gráfico 20: Idade dos alunos inquiridos	68
Gráfico 21: Ano de escolaridade frequentado pelos alunos inquiridos	69
Gráfico 22: Número de retenções dos alunos inquiridos	69
Gráfico 23: Alunos alvo de participações disciplinares.....	69
Gráfico 24: Motivos para as participações disciplinares	70
Gráfico 25: Significado de indisciplina.....	70
Gráfico 26: Frequência de problemas disciplinares.....	71
Gráfico 27: Evolução das situações de indisciplina em sala de aula	72
Gráfico 28: Evolução da gravidade das situações de indisciplina em sala de aula.....	72
Gráfico 29: Definição das regras da sala de aula nas primeiras aulas	72
Gráfico 30: Definição das regras da sala de aula.....	73

INTRODUÇÃO

Ser professor sempre foi uma tarefa bastante complicada e desafiante. Hodiernamente, novos e múltiplos fatores vieram tornar o trabalho docente ainda mais complexo.

Assim, é de extrema importância, para uma educação significativa das nossas crianças e jovens, conhecer e analisar em profundidade todos os problemas que ocorrem em contexto escolar. Fazendo uma análise, por mais breve e superficial que esta seja, consegue-se perceber que um dos principais motivos de preocupação da comunidade escolar é, sem margem para dúvidas, a questão da indisciplina em meio escolar.

Com a passagem do tempo, mais concretamente nas últimas décadas, a nossa sociedade sofreu inúmeras mudanças, as quais, de forma inevitável, provocaram profundas alterações nos valores e nas próprias atitudes e comportamentos das pessoas. É cada vez mais comum ouvirmos os profissionais de educação verbalizar que os atuais alunos já não são como os de anos anteriores e essa clivagem vai-se acentuando de ano para ano. Além disso, tornam-se cada vez mais frequentes as queixas dos professores relativamente à manutenção da ordem na sala de aula, de forma a permitir a criação de um ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, as organizações educativas deparam-se, atualmente, com um enorme desafio para cumprir com uma das suas finalidades: educar para a cidadania.

Neste contexto, a Escola aparece como uma das principais organizações capaz de intervir na dinâmica social, empenhando-se na formação integral dos educandos, através do desenvolvimento da sua personalidade, caráter e sentido de cidadania, com o intuito de formar cidadãos participantes e ativos na sociedade da qual fazem parte. Para atingir esse objetivo, é necessário contornar os incontáveis obstáculos que interferem, direta ou indiretamente, nas interações escolares. A questão da indisciplina dos alunos é um desses obstáculos e as suas consequências têm ganho enorme proporção e projeção.

Para tentar solucionar os conflitos existentes nas várias interações escolares, é crucial conhecer, compreender e enfrentar os desafios relacionados com a questão da indisciplina.

Em primeiro lugar, é necessário definirmos o que entendemos por indisciplina em contexto de sala de aula. Será que o conceito de indisciplina é o mesmo para professores e alunos? Terão os diferentes agentes educativos um conhecimento significativos das normas e regras do RI (Regulamento Interno)? Quais os casos mais

comuns de indisciplina? Qual a gravidade dos mesmos? Que fatores poderão estar na origem da indisciplina? Quais as consequências da indisciplina em sala de aula? Como atuam os professores perante os casos de indisciplina?

A indisciplina é um tema de uma enorme complexidade, o que dificulta o seu tratamento com a objetividade e racionalidade necessárias. Trata-se, assim, de um fenómeno multidimensional e multifatorial, uma vez que para ele são apontados inúmeros responsáveis, tais como: a sociedade, a estrutura familiar, a massificação do ensino, as características individuais dos diferentes intervenientes, a formação dos professores, a relação pedagógica entre professor/aluno, a gestão da sala de aula, entre outras causas que condicionam o clima de sala de aula e, consequentemente, o desempenho e a postura dos alunos.

Tendo como base estas considerações, este projeto de investigação empírica tem como tema a indisciplina em contexto de sala de aula no 2º ciclo do ensino básico, incidindo particularmente nas perceções que professores e alunos têm deste complexo fenómeno.

Nesse sentido, elaborámos um trabalho de investigação que teve uma abordagem metodológica mista, isto é, uma simbiose entre a metodologia qualitativa e quantitativa. Partimos, assim, de uma análise teórica do tema, baseada em vários autores referência nesta área de estudo, designadamente, Maria Teresa Estrela, João Amado, entre outros, que nos permitiu esclarecer múltiplas questões relacionadas com a temática deste projeto. De seguida, passámos ao trabalho empírico de cariz essencialmente quantitativo. O estudo empírico, baseado na técnica do inquérito por questionário, foi realizado numa escola com 2º e 3º ciclos do ensino básico público da área metropolitana do Porto. Esta escola é constituída por 659 alunos, repartidos pelo 2º ciclo (481 alunos) e 3º ciclo (178). O pessoal docente é composto por 59 professores (38 do 2ºciclo e 21 do 3ºciclo). Para o estudo empírico, selecionamos como público-alvo os docentes e alunos do 2º ciclo do ensino básico. Os inquéritos por questionário foram aplicados 12 professores e 35 alunos (15 do 5ºano e 20 do 6ºano), utilizando a técnica da amostragem.

O nosso projeto de investigação é composto por três partes. Na primeira parte – fundamentação teórica e legal – apresentamos, num primeiro capítulo, a exploração do conceito de (in)disciplina, a indisciplina nas organizações educativas, a caracterização dos comportamento indisciplinados e procuramos também delinear as causas e as consequências da indisciplina. Num segundo capítulo, abordamos a indisciplina nos normativos legais, mais concretamente, analisamos a recente Lei n.º51/2012 de 5 de setembro, mais conhecida como o novo Estatuto do Aluno.

A segunda parte – fundamentação metodológica - é constituída por três capítulos, sendo que o primeiro é referente à metodologia adotada, mencionando-se os objetivos específicos do projeto, as principais opções da investigação, a definição do objeto de estudo e as técnicas de recolha e tratamento de dados adotadas; num segundo capítulo, caraterizamos a instituição educativa/campo específico do projeto e procedemos à caraterização do problema; num terceiro capítulo apresentamos os dados recolhidos e efetuamos a análise e interpretação dos mesmos.

Numa última parte – plano de ação – planificamos ao pormenor um programa de tutoria ao qual atribuímos o título “Tu consegues fazer melhor!”. Esta foi a solução que nos pareceu mais adequada para fazer face à problemática da indisciplina, tendo em consideração a análise empírica realizada na escola em estudo.

Assim sendo, pretendemos que este projeto possa contribuir para o conhecimento e compreensão do fenómeno da indisciplina, sendo também um ponto de partida para a resolução ou minimização do mesmo.

1. Apresentação do Problema e Formulação da Pergunta de Partida

O problema deste projeto de investigação empírica é a falta de disciplina dos alunos do 2ºciclo em contexto de sala de aula. Assim, pretendemos conhecer as diferentes perceções dos docentes e alunos do 2º ciclo do ensino básico em relação à indisciplina em contexto de sala de aula, na escola objeto de estudo. Com base na investigação realizada, tentaremos apresentar um plano de ação que conduza à resolução ou minimização dos casos de indisciplina na sala de aula.

Com intuito de perceber a problemática em estudo, teremos como ponto de partida a seguinte questão:

Que estratégias podem ser adotadas pelos docentes para resolver os problemas de indisciplina dos alunos do 2º ciclo do ensino básico na sala de aula?

Partiremos de uma análise concetual para, de seguida, aprofundar as diferentes expressões da indisciplina em contexto de sala de aula, bem como as suas causas e consequências. E assim, no final deste projeto de investigação, pretendemos apresentar um plano de ação capaz de alterar a realidade, isto é, minorar o surgimento de situações de indisciplina.

2. Relevância e Pertinência do Problema

A indisciplina dos alunos é um dos principais fatores da existência dos elevados índices de *stress* em elementos da comunidade educativa. Professores, assistentes operacionais, alunos e mesmo pais são vítimas desta situação, vivida na generalidade das escolas. Esta situação, que perturba o desenvolvimento de relações normais e sadias entre os diferentes atores educativos, tem-se vindo a agravar nos últimos tempos, demonstrando o seu carácter dinâmico e evolutivo.

Como refere Maria Teresa Estrela, no seu estudo, citada por Caritas & Fernandes (2012), “o que há de novo atualmente é a intensidade e a amplitude que esse fenómeno atingiu na escola dos nossos dias, espalhando-se de forma crescente por áreas populacionais, as mais diversas e atingindo níveis de ensino que dele pareciam imunes, como começa a acontecer no ensino superior” (p. 10)

É evidente que, sob diversos aspetos, a indisciplina em ambiente escolar, hoje, diferencia-se bastante daquela observada em décadas anteriores. A indisciplina

apresenta, atualmente, expressões diferentes, é mais complexa e “criativa”, e parece aos professores mais difícil de a equacionar e resolver de um modo efetivo.

Efetivamente, é o grau de intensidade e as múltiplas manifestações do fenómeno da indisciplina, caracterizadas não só pela afirmação da própria identidade, o desejo de autonomia, a irreverência, a não realização das tarefas escolares propostas pelos professores, substituídas por atividades mais lúdicas, mas também pelas atitudes agressivas, a insuficiência de competências sociais dos discentes, que inquietam e perturbam todos os atores educativos, particularmente os docentes.

Segundo João Lopes (2002), “a questão de fundo que ... perpassa muitos dos argumentos relativos à indisciplina das escolas, reside na comparação entre a ‘sobriedade’, ‘disciplina’ e ‘espírito de colaboração’ dos alunos de há décadas atrás e a ‘excitabilidade’, o ‘descontrolo’ e o ‘espírito provocatório’ dos alunos hodiernos” (p. 24).

A maioria dos profissionais da educação não sabe ao certo o que fazer perante os comportamentos indisciplinados dos seus alunos: se dialogar, punir, encaminhar ou ignorar. Na grande parte dos casos não se consegue mesmo compreendê-los dado o seu elevado grau de complexidade.

3. Razões da Escolha do Problema

A constante reflexão sobre a prática pedagógica e o contato direto e quotidiano com problemas de ordem disciplinar aguçaram o interesse pelas questões da indisciplina e a vontade de as aprofundar. No entanto, temos consciência de que este fenómeno é bastante complexo. Torna-se indispensável questionar qual o grau de participação da própria escola, da família ou mesmo do meio envolvente na geração de indisciplina por parte de alguns alunos, e não apenas assumir uma posição simplista, sem a devida fundamentação, de que o problema da indisciplina reside ou se origina sempre na atitude desses mesmos discentes.

4. Objetivos Gerais do Projeto

Tendo como ponto de partida a problemática em estudo e a questão acima formulada, definimos para o nosso estudo de caso objetivos cujo enfoque é feito na compreensão das perceções e representações que os docentes e alunos do 2º ciclo da escola em estudo têm do fenómeno da indisciplina e, simultaneamente, na promoção de um clima escolar propício e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, entendendo-se como clima escolar o *conjunto das expectativas recíprocas*

compartilhadas pelos diferentes agentes de educação, do qual fazem parte as atitudes não só dos discentes, mas também da própria equipa pedagógica relativamente à organização educativa e as percepções de todos os intervenientes do processo educativo face ao trabalho desenvolvido na organização e ao grau de participação que possuem no processo organizacional. Assim, consideramos o clima como um fator preponderante para o sucesso organizacional e eficácia da escola (Alvarenga, 2010).

Assim sendo, definimos os seguintes objetivos para o nosso projeto:

Objetivos relacionados com o conhecimento da realidade:

- Definir o conceito de (in)disciplina;
- Identificar as causas e as consequências da indisciplina;
- Identificar os diferentes níveis de indisciplina;
- Compreender como os professores e alunos percecionam o fenómeno da indisciplina.

Objetivo relacionado com a transformação da realidade:

- Promover a construção de um ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem que promova a prevenção do problema da indisciplina e que minore o seu impacto negativo, quando a sua ocorrência é inevitável.

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGAL

Capítulo I – A Indisciplina na Escola

1. Conceito de (In)disciplina

O conceito de indisciplina é acentuadamente marcado pelo seu caráter polissêmico e complexo. Dada a sua complexidade, a questão de (in)disciplina exige, para o seu estudo, o auxílio de várias áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a História e os próprios saberes pedagógico. Como refere Aquino (1996), “a temática disciplinar passou a se configurar enquanto um problema interdisciplinar, transversal à Pedagogia, devendo ser tratado pelo maior número de áreas em torno das ciências da educação” (pp. 40-41). Além disso, a (in)disciplina é apenas um dos aspetos do processo educativo, o qual é também extremamente complexo e exigente.

Tendo em consideração este facto, não é de estranhar que as concepções acerca da indisciplina não sejam consensuais. Ao consultarmos um dicionário, constatamos que o termo, ao longo dos tempos, tem adquirido múltiplas significações. Este está relacionado “com o conjunto de valores e expetativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade: nas diversas classes sociais, nas diferentes instituições e até mesmo dentro de uma mesma camada social ou organismo” (Rego, 1996, p. 84). Mesmo no plano individual, o conceito de indisciplina também assume diferentes conotações e interpretações, consoante as vivências de cada sujeito e do próprio contexto onde este está inserido.

Apesar das diversas interpretações que o termo indisciplina pode sugerir, há uma série de aspetos e relações, relativamente estáveis, que permitem designar a noção de indisciplina, a qual é partilhada por todas as pessoas que a utilizam. Por essa razão, consideramos fundamental para a consecução deste estudo refletir sobre os diversos significados atribuídos hodiernamente à palavra indisciplina pela nossa sociedade, com especial enfoque na escola.

A relação entre os conceitos de indisciplina e disciplina é inevitável. Assim, se atendermos ao dicionário, verificamos que a noção de disciplina se apresenta como um conjunto de regras ou ordens que regem o comportamento de um indivíduo ou coletividade; observância de regras; obediência; capacidade de controlar um dado comportamento de forma a respeitar as regras estabelecidas; autoridade; castigo. Por sua vez, a indisciplina tende a ser definida como o oposto de disciplina, isto é, como

ausência de disciplina ou desordem originada pela quebra das regras estabelecidas (Estrela, 2002).

Considerando que se trata de um fenómeno extremamente mutável, a disciplina está dependente de várias condicionantes, nomeadamente a tipologia de organização, a cultura vigente e o próprio contexto socio-histórico. Daí podermos referenciar diferentes tipos de indisciplina, cada um deles com a sua especificidade: disciplina militar, familiar, escolar, religiosa, desportiva, partidária, sindical.... No entanto, “todos eles se inscrevem num fundo ético de carácter social que é resultante de uma certa mundividência, concorrendo para a harmonia social” (idem, p. 17).

A educação tem como objetivo fundamental a formação integral do ser humano, enquanto cidadão participante e comprometido com a construção de uma sociedade ordenada e harmónica, consubstanciada na aprendizagem efetiva e significativa do aluno. Neste aspeto, assume particular relevância a disciplina social como fim e meio do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a disciplina não é apenas uma competência necessária para a vida em sociedade, mas também uma condição ‘sine qua non’ para uma ação pedagógica eficaz e eficiente, nomeadamente no que concerne às aprendizagens institucionalmente organizadas. No entanto, muitas vezes, professores e alunos revelam interesses divergentes, conduzindo a comportamentos inadequados que se desviam da norma vigente, isto é, problemas de indisciplina, como por exemplo, sinais de rebeldia, intransigência, desacato que colocam em causa o normal funcionamento da aula.

Segundo João Amado, citado por Paiva & Lourenço (2010), a indisciplina é um

“fenómeno relacional e interativo que se concretiza no incumprimento das regras que presidem, orientam e estabelecem as condições de tarefas na aula e, ainda, no desrespeito de normas e valores que fundamentam o são convívio entre pares e a relação com o professor, enquanto pessoa e autoridade” (p. 2705).

Por sua vez, Carita & Fernandes (2012) definem indisciplina na sala de aula como “alguma coisa de particularmente perturbador para a generalidade dos professores” (p. 15). A indisciplina apresenta-se, assim, como uma obstrução ao processo de ensino aprendizagem ou, até mesmo, um ataque pessoal, uma desconsideração pelos professores, sentindo-se estes últimos desprezados e questionados enquanto seres humanos e profissionais da educação.

Já Maria Preciosa Silva & Isabel Pestana Neves (2006) consideram, no seu estudo, a indisciplina como uma “manifestação de atos/conduitas, por parte dos alunos, que têm subjacentes atitudes que não são legitimadas pelo professor no contexto

regulador da sua prática pedagógica e, conseqüentemente, perturbam o processo normal de ensino-aprendizagem” (p. 7).

Paiva e Lourenço (2010), citando Durkheim, referem que a indisciplina em contexto escolar tem a sua origem na negação da ordem moral e social, sendo, por sua vez definida como uma perturbação e transgressão a essa mesma ordem. Os mesmos autores, citando Silva e Silvério, mencionam ainda que a indisciplina está intimamente relacionada com as “atitudes e comportamentos que ocorrem na sala de aula e impedem ou dificultam a aprendizagem” ou com “transgressão das normas escolares, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente de ensino ou o relacionamento das pessoas na escola” (p. 2705).

Há ainda outros autores que encaram o fenómeno da indisciplina como algo construído no contexto de sala de aula, ou seja, como sendo o resultado de um processo de interações entre professores e alunos, manifestando cada um deles expectativas, percepções e ponto de vista bastante diferentes daquilo que acontece à sua volta (Atkinson, Delamont & Hammersley, citados por Paiva & Lourenço, 2010).

A indisciplina pode implicar violência, no entanto não é imperioso que esta ocorra. Nesta linha, alguns autores distinguem diferentes níveis de indisciplina, nomeadamente, perturbação, conflitos, vandalismo, podendo afetar quer o funcionamento normal das aulas, quer da escola, mais especificamente, no que concerne às relações formais e informais entre alunos, podendo culminar em agressões e violência, como por exemplo, violência física ou verbal, roubo, ‘bullying’, vandalismo, entre outras.

Para compreendermos melhor estes conceitos que aparecem associados à indisciplina, é conveniente esclarecê-los, ainda que sucintamente.

Segunda a Organização Mundial de Saúde, a violência “é o uso intencional da força física e do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (World Health Organisation, 1999).

Já João Amado (2010), citando Fonseca e Sebastião et al, evidencia que a violência se manifesta através de condutas agressivas de grande intensidade, quer a nível físico quer a nível psicológico, de uma “ruptura com a normalidade social considerada legítima” e na entrada no espaço particular de alguém pela força, coação ou intimidação com o propósito de exercer sobre ele um controlo ou domínio. Considera ainda que, no ato violento, para além da agressão, é exercido sobre a vítima um abuso de poder que coloca em causa a sua integridade física, psicológica, moral e patrimonial.

Caso esse ato seja considerado uma infração à lei pública, poderá ser classificado como “delinquência” (se praticado por menores de 16 anos) ou então “crime”, sendo que, neste último caso, exige-se um enquadramento jurídico-legal com o intuito de aplicar a sanção prevista na legislação, ultrapassando assim a responsabilidade da escola.

Desta forma, quando falamos sobre violência escolar evidenciamos a seguintes ideias chaves:

- Uma pessoa ou um grupo de pessoas que perturbam e colocam em causa o normal funcionamento das atividades letivas, prejudicando quer professores, quer colegas de turma na consecução das suas tarefas diárias.
- Estas condutas violentas criam tensões, insegurança, danos físicos e/ou psicológicos.
- Os comportamentos violentos, quando são reiterados, tendem a criar agressores e vítimas crónicos.

A agressão é outro dos conceitos que aparece associado às questões da indisciplina. João Amado (2010), tendo como referência Fonseca, refere que a agressão é uma manifestação da agressividade humana que causa sofrimento e danos a outrem e coloca em causa os padrões normativos concernentes às relações interpessoais, podendo a mesma ser concretizada através de diferentes e variados comportamentos, nomeadamente, bater, insultar, ameaçar, ser cruel ou ferir outras pessoas, destruir ou danificar os seus bens.

O bullying é também um fenómeno relativamente recente que surge associado à indisciplina. O mesmo autor caracteriza-o como uma agressão intencional, pró-ativa, que perdura no tempo, provocando sofrimento físico ou psicológico e é perpetrada por um ou mais agressores com igual estatuto, mas numa relação assimétrica de poderes, em que o agressor está numa posição superior à da vítima do ponto de vista psicológico ou físico.

Estas condutas disruptivas não estão restritas às relações entre discentes, podem também afetar as relações entre professor-aluno, colocando em causa a autoridade docente e o próprio estatuto do professor. A própria instituição educativa pode sair afetada pelas ações vândalas dos seus alunos, quer a nível patrimonial, quer a nível da imagem que passa para fora da organização (Castro, 2010).

Não obstante as diferentes perspetivas dos diversos autores referenciados, podemos concluir que a indisciplina se apresenta como um fenómeno bastante perturbador para a maioria dos docentes, afetando-os mesmo psicologicamente, mais até do que os problemas decorrentes das dificuldades de aprendizagem manifestadas pelos alunos. O tempo que os professores gastam na manutenção da disciplina, o

desgaste provocado pelo trabalho desenvolvido num clima onde impera a desordem e a tensão, o sentimento de impotência e a diminuição da autoestima pessoal conduzem a uma sensação de frustração e desânimo (Estrela, 2002), fazendo com que os docentes se questionem não só enquanto profissionais, mas também enquanto seres humanos.

2. A Indisciplina nas Organizações Educativas

Segundo João Lopes (2002), a percepção de que a indisciplina nas organizações educativas portuguesas é um fenómeno “*extremamente grave ou até mesmo incontrollável*” não corresponde à verdade, sendo raríssimos, apesar do enorme impacto, os casos graves de indisciplina no nosso país, como por exemplo: agressões com armas. Este exagero percetivo é o resultado do “*efeito de megafone*” dos órgãos de comunicação social. No caso português, a indisciplina apresenta-se proporções e formas em consonâncias com os usos e os brandos costumes da população do nosso país. No entanto, é inegável o degaste a que estão sujeitos muitos professores, devido à indisciplina de alunos e, mais raramente, à intromissão indevida de outros intervenientes no processo educativo, nomeadamente, os pais/encarregados de educação que, ultrapassando os limites da sua participação, injuriam, ou até mesmo, agredem professores, assistentes operacionais e membros de equipas diretivas.

Quando se tenta compreender as representações dos docentes face aos problemas disciplinares, encontramos diferentes concepções enraizadas mais ou menos fortemente, inconsciente ou conscientemente, que podem constituir um obstáculo e dificultar o desenvolvimento de novas perspetivas no processo de ensino-aprendizagem.

Vasconcellos (1997) refere três tipos de representações enraizadas na comunidade docentes que podem prejudicar o surgimento de novas perspetivas de atuação face ao fenómeno da indisciplina.

Muitos professores, dadas as situações consideravelmente difíceis de indisciplina, almejam por uma “solução mágica”, colocando, assim, a solução da problemática fora do sujeito, negando, ao mesmo tempo, a dimensão processual, e consequentemente prolongada, da mudança da realidade. Podemos também entender esta demanda da solução mágica e instantânea como o resultado da não-aceitação do problema, isto é, vários docentes recusam-se a aceitar as mudanças no seu *status* e nas suas condições de trabalho.

Outra forma de lidar com a problemática da indisciplina é idealizar as alternativas, desconsiderando as condicionantes da realidade concreta. Muitas vezes acontece exacerbar-se as possibilidades de solução do problema, sem considerar os limites a que se está sujeito. Assim, por exemplo, é comum dizer-se que, com o objetivo de evitar as situações de indisciplina, o professor deve tornar a sua aula interessante e apelativa para os seus alunos. Isso significa que o docente terá de promover o interesse e a motivação de todos os seus alunos o tempo todo. Apesar de considerarmos que

essa seria a solução ideal, temos consciência que tal não se verifica, dado ser praticamente impossível conseguir tamanha proeza. A solução seria muito mais viável se a colocássemos desta forma: o professor deverá tentar criar um clima hegemónico de interesse, envolvendo quer o professor, quer os alunos e, simultaneamente, evidenciar que o estudo é um trabalho que exige esforço e concentração e não apenas fruição.

Outra ideia que tem sido criada recentemente é a de que a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) seria a resolução de todos os problemas de ordem disciplinar. No entanto, esta questão não nos afigura tão linear. Na verdade, hoje em dia, um grande número de escolas dispõe e utiliza efetivamente uma panóplia de meios tecnológicos (computadores, projetores multimédia, quadros interativos ...), e continuam com problemas disciplinares. Desta forma, percebemos que as TIC não são a resposta para as questões de indisciplina, mas podem tornar-se uma mais-valia se estiverem inseridas num projeto pedagógico de combate à indisciplina. Isto significa que não podemos nem devemos ficar reféns das tecnologias, há mais caminhos que nos podem conduzir à resolução ou minimização da indisciplina. Além disso, o efeito destas nos discentes é, na maioria dos casos, de curta duração. Assim, não podemos colocar a solução dos problemas educativos, como é o caso da indisciplina, apenas na máquina.

Vasconcellos (1997) refere ainda que outra das conceções que vigora hodiernamente nas nossas escolas é a sensação de impotência dos professores face ao fenómeno da indisciplina ou, como lhe chama o autor “sensação de não-poder”. É, de facto, impressionante como o professor assimilou a “ideia de que não tem forças, de que não pode, de que a solução está fora dele. Muitas vezes, sente-se desgastado, destruído, traído, usado, acusado, desprezado, humilhado, explorado” (p. 236). Há uma tendência efetiva de colocar a «culpa» fora dele, como forma inconsciente de autoproteção, por se considerar incapaz de alterar a realidade. Nestes casos, é natural e expectável que o docente atribua as causas dos problemas disciplinares a fatores externos, como por exemplo a família e o próprio sistema de ensino. Ao proceder desta forma, o professor demite-se da sua função de educador e perde também a sua autoridade, visto que já não tem responsabilidade por nada. Trata-se de uma anulação do poder do docente para enfrentar a realidade. Como o professor considera que é impotente face aos problemas disciplinares ocorridos na sala de aula, parte para uma atitude extrema: expulsar o aluno indisciplinado da sala de aula. A sensação de impotência do professor é talvez um dos maiores obstáculos que se colocam na resolução dos problemas de indisciplina.

3. Níveis de Indisciplina

Muitas vezes cai-se no extremo de considerar como violência e até crime todas as infrações às normas vigentes. No entanto, como refere João Amado (2010), a maioria dos casos de indisciplina está longe de ser atos de agressão ou de violência, sendo, antes de mais, casos que colocam em causa os valores e as regras de convivência que presidem as relações humanas.

Tendo em consideração a diversidade de manifestações da problemática do desvio comportamental na escola, enquanto infração às regras e normas que enquadram os comportamentos desejados nesse contexto, quer no domínio das relações interpessoais, quer no âmbito da ocupação dos espaços escolares, da utilização dos equipamentos e da preservação do património escolar, João Amado (2010), defende três níveis de indisciplina.

O autor classifica, num primeiro nível, as “infrações à regra de trabalho e da produção”, essencialmente em contexto de sala de aula. Neste nível, encontram-se os comportamentos que colocam em causa as regras relacionadas com a organização e o cumprimento das tarefas propostas, a comunicação, a pontualidade, as deslocações, a limpeza dos espaços, a apresentação do material necessário. Em suma, trata-se de comportamentos que Meyer e Furlong, citados por João Amado (2010), denominam de *disrupção*, *desordem*, “indisciplina de rotina (versos comportamentos mais severos) ou *insidiosa (versos excessiva)*”.

Num segundo nível, enquadram-se os comportamentos que põem em causa as regras e normas estabelecidas para as relações entre pares (alunos), prevalecendo, neste nível, os atos onde há uma desconsideração do respeito mútuo entre pares, e outros valores como a amizade, a solidariedade e a colaboração. Integram-se neste nível de indisciplina, diversos atos física ou psicologicamente agressivos, humilhantes, ofensivos e denegridores da imagem das vítimas, que podem ter múltiplas motivações. Neste nível de indisciplina, podemos ainda referenciar alguns subtipos:

- a) “Jogo rude e grosserias”, caracterizados pelo seu menor grau de gravidade e pela sua elevada frequência.
- b) “Comportamentos a-sociais”, materializados em agressões com alguma gravidade, revelando uma maior crueldade entre alunos, mas ocasionais, isto é, com uma baixa taxa de frequência. Normalmente, estes comportamentos são uma resposta a agressões e provocações sociais ocorridas anteriormente.

- c) “Bullying”, caracterizado por perseguição, exclusão e maus tratos físicos ou psicológicos pró-ativos, intencionais e persistentes de um ou vários alunos sobre outro colega, prevalecendo, nestes casos, uma relação assimétrica de poder/força.
- d) “Cyberbullying”, utilização das TIC por crianças e jovens com a emissão de conteúdos eletrónicos escritos, orais ou em forma de imagem, com o objetivo de coagir, abusar, intimidar, assediar, constranger, torturar ou causar perturbações emocionais a outras crianças e jovens, de forma sistemática e persistente.

O terceiro nível de indisciplina, preconizado por João Amado (2010), consubstancia-se no “confronto com a pessoa e a autoridade do professor, e com a autoridade em geral”, em contexto escolar. Este confronto pode manifestar-se de diversas formas:

- a) “Grosserias”, isto é, desobediência, contestação afrontosa, réplica rude a chamadas de atenção e castigos, insultos, obscenidades...
- b) “Comportamento a-social”, como agressões físicas contra professores e outros funcionários, vandalismo ligeiros...

Concluimos, desta forma, que, no segundo e terceiro níveis, estamos perante comportamentos de “indisciplina agressiva e violenta”, deixando os conceitos de violência, delinquência e crime para situações que, pela sua extrema gravidade, ultrapassam os normativos e a responsabilidade escolares, exigindo o recurso a outras instâncias (jurídicas e policiais). Como exemplo destes casos extremos, podemos apresentar o uso de armas, atos de violência sexual e vandalismo, entre outros. Segundo a investigação em geral (Freire *et al.*; Amado, citados por Amado, 2010), estes casos de atos extremos realizados por agentes escolares (professores, funcionários e alunos) são bastante raros.

4. Causas e Consequências da Indisciplina

Inicialmente, a investigação sobre o fenómeno da indisciplina ou dos comportamentos desviantes em contexto de sala de aula estava centrada no aluno *“perturbado, fonte de comportamentos perturbadores”* (Picado, 2009, p. 2). Este tipo de abordagem partia única e exclusivamente de uma análise exaustiva do aluno com problemas comportamentais, tentando-se sempre identificar as causas que estavam na origem desses comportamentos disruptivos e, concluindo-se, na maioria dos casos, que as mesmas se relacionavam com questões emocionais e psicológicas. Nesta linha de pensamento, não se tem em conta outros fatores e intervenientes no processo educativo relevantes para a compreensão deste fenómeno, tais como: o contexto social, o próprio sistema educativo, os professores, os órgãos de gestão e os encarregados de educação.

Assim sendo, parece óbvio que as causas das atitudes menos próprias, na sala de aula ou em outros espaços da escola, não estão centrados unicamente nos alunos. Este é um fenómeno com múltiplas causas que abrangem diversos domínios: sociais, psicológicos e relacionais.

Tendo em consideração que a escola é um sistema aberto, torna-se evidente que a mesma não é imune ao que se passa no seu exterior, sendo um reflexo do contexto onde está inserida e da própria sociedade.

Como refere Joe Garcia (1999), “é preciso superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental. Ainda, é necessário pensá-la em consonância com o momento histórico” (p. 102).

É inquestionável a relação existente entre a indisciplina escolar e as características das sociedades e o momento histórico em que elas se encontram, assim como são evidentes as relações entre as expectativas, as representações e as motivações dos diferentes agentes educativos e os modos como estão na escola.

Metaforicamente, podemos compreender a indisciplina em contexto escolar como um incêndio florestal com vários focos, o que torna difícil as tarefas dos bombeiros (agentes educativos). Assim sendo, a indisciplina emana de diferentes focos, designadamente, a sociedade, a família, a escola e a sua estrutura, a conduta dos professor e dos discentes.

Celso Vasconcellos (1997) defende que os problemas disciplinares que se fazem sentir nas escolas hodiernas estão, intimamente, relacionados com a crise de objetivos e de limites que vivenciamos presentemente. É por demais evidente, tanto a nível mundial, como a nível nacional, uma acentuada crise de objetivos, de projetos e

de sentido para as coisas. Esta crise espelha-se nas organizações educativas das mais diversas formas, sendo que aquela que mais se evidencia é a falta de sentido que os alunos manifestam pelo estudo. Parecem não encontrar uma resposta suficientemente válida para a pergunta «*estudar para quê*»; a mesma assume até uma dimensão irónica, perante a triste constatação de inúmeras pessoas formadas, porém desempregadas ou mal remuneradas. Aquela máxima do «*estuda para seres alguém na vida*» parece já não ter qualquer significado para um grande número de alunos e suas famílias. Para muitos encarregados de educação, a escola era um meio para a ascensão social e para uma vida futura estável e, presentemente, isso já não está garantido, como comprova o crescente número de cidadãos com formação superior desempregados, há uma proporcional desvalorização da escola, não só por parte dos discentes, mas também dos encarregados de educação.

Muitos professores baseavam a sua prática pedagógica na perspectiva de uma recompensa futura para o trabalho académico desenvolvido pelos seus alunos. No entanto, hoje em dia, os discentes já não vislumbram mais um futuro promissor pela via do diploma. Os profissionais da educação que continuarem a basear a sua autoridade neste mito terão o seu trabalho bastante dificultado. No sentido de evitar situações problemáticas em contexto de sala de aula, torna-se essencial encontrar novos sentidos para o conhecimento, a escola e o estudo.

Associada a uma crise de objetivos temos uma crise de limites. Enquanto num passado nem tão distante assim, os professores eram a autoridade máxima imposta, sem serem objeto de questionamentos, nos dias de hoje, os docentes veem a sua autoridade ser, demasiadas vezes, posta em causa. Não é incomum ouvirmos frases como estas: «*não manda em mim*» e «*quem manda em mim é o meu pai ou a minha mãe*». Esta crise de limites faz-se sentir tanto em casa, como em contexto escolar. No intuito de suprir a ausência e o distanciamento dos filhos por questões de subsistência (trabalho), alguns pais demitem-se da sua responsabilidade de educar e, para colmatar essa sua falha dão uma excessiva liberdade aos filhos, satisfazendo-lhes todas as vontades. Assim, as crianças passam a não entender que existem limites para as suas vontades e para os seus comportamentos, sendo este um terreno fértil para o surgimento da indisciplina. Os alunos que não cumprem as regras em casa, também não as querem cumprir na escola e, por conseguinte, na sociedade.

“A indisciplina está presente no desrespeito ao desenvolvimento biológico por parte dos pais. Motivados pelo amor, pelo desejo de satisfazer todas as necessidades dos filhos, alguns pais não modificam seus comportamentos nem suas ofertas à medida que a criança cresce”. (Tiba, 1996)

Os estudos psicológicos e sociológicos também nos dão um excelente contributo para compreendermos e solucionarmos as causas que estão por detrás dos comportamentos menos adequados dos alunos. Um exemplo disso é o Modelo Ecológico de Desenvolvimento de Bronfenbrenner, no qual se defende que o processo de desenvolvimento da criança é afetado pelas relações entre os cenários e pelos contextos em que esses cenários estão inseridos. Podem acontecer falhas nas várias dimensões do processo de desenvolvimento das crianças, nomeadamente, a nível familiar e social (Bronfenbrenner, 1977). Todas essas falhas estão muitas vezes, ou mesmo sempre, por detrás de atitudes de indisciplina e rebeldia e da flagrante falta de valores e de regras de convivência em sociedade. Para se tentar minimizar este flagelo das escolas é preciso compreender primeiro o que está por detrás dele. Muitas vezes, a indisciplina é a única forma que esses alunos têm de demonstrar o seu descontentamento com algo (problemas socioeconómicos, familiares...) ou com a própria proposta pedagógica da escola ou do professor. Nestes casos, torna-se muito importante que os profissionais da educação estejam cada vez mais atentos e recetivos para ouvir e compreender as mensagens de alerta destes alunos. Só depois de se fazer este trabalho de compreensão das causas que estão associadas às questões da indisciplina podemos então partir para a tentativa de resolução deste problema.

Infelizmente, proliferam, hoje em dia, nas nossas escolas, casos de alunos que têm o tal mau comportamento e, quando se vai analisar exaustivamente a questão, isto é, quando se tem uma conversa aberta e sem preconceitos com os mesmos, percebemos que os seus comportamentos inadequados não passam de uma chamada de atenção ou pedido de socorro para os seus “reais” problemas: mau ambiente familiar, problemas económicos, família desestruturada, demasiado grau de exigência dos pais em relação aos seus resultados académicos, entre outros.

Desta forma, as famílias também assumem um papel preponderante na dissuasão ou no potenciamento de situações de indisciplina em contexto escolar. Na verdade, hodiernamente, assiste-se, cada vez mais, ao aparecimento nas escolas de crianças/jovens provenientes famílias que poderemos considerar desestruturadas ou desorientadas. As mesmas delegam todas as suas responsabilidades enquanto educadores para a escola, não cumprindo a sua primordial tarefa de iniciar a criança na sua formação cívica: estabelecer limites e desenvolver hábitos básicos de cidadania. Tal conduta dos primeiros educadores poderá ter consequências perversas no desenvolvimento e na formação dos seus educandos, refletindo-se, de forma mais ou menos significativa, na educação proporcionada pela escola.

João Amado e Isabel Freire, referenciados por Caeiro e Delgado (2005), defendem que o comportamento indisciplinado dos discentes pode ser um sintoma de problemas relacionados com a dinâmica familiar e de uma desarticulação entre os valores, práticas e objetivos pelos quais se pauta a escola e a família.

Tendo em consideração que a família é o primeiro agente de socialização da criança, é natural que, caso exista alguma desorientação no ambiente familiar, surjam problemas a vários níveis do desenvolvimento da criança, designadamente, a nível social, cognitivo, afetivo e emocional, os quais, cedo ou tarde, se refletirão na dinâmica escolar com a consequente inadaptação do aluno face às práticas e regras instituídas na escola.

No intuito de evitar o aparecimento desses problemas ou, pelo menos minimizar o seu impacto, torna-se fundamental que escola e família se responsabilizem mutuamente. Aliás, este relacionamento convém ser intensificado quando os comportamentos disruptivos se agudizam.

Muitas vezes, atribuímos em exclusivo aos alunos o fenómeno da indisciplina. No entanto, é facilmente comprovável que estes não são os únicos atores de comportamentos disruptivos. Na verdade, é comum assistirmos a reuniões, palestras, simples encontros em que a assistência, composta por professores/adultos, assumem posturas semelhantes às que criticam nos seus alunos, isto é, vozerio, distrações e comentários laterais. Isto vem evidenciar a ligação estreita existente entre os comportamentos exibidos pelos adultos e aqueles que são exibidos pelas crianças. É inegável que uma parte significativa dos comportamentos infantojuvenis é apreendida por modelagem, ou seja, seguindo os modelos dos comportamentos dos adultos. Se negarmos ou negligenciarmos este facto e continuarmos a atribuir aos comportamentos disruptivos dos discentes causas mais ou menos obscuras, nomeadamente, lesões ou disfunções cerebrais, predisposições temperamentais, meios familiares perturbados, estamos a reduzir drasticamente a nossa capacidade de intervenção. Nunca é de mais realçar que os comportamentos dos alunos em contexto de sala de aula estão intimamente relacionados com as diferentes teias relacionais que aí se desenvolvem, quer no sentido vertical (professor – aluno), quer no sentido horizontal (alunos-alunos). Daí que seja possível, distinguir duas vertentes de indisciplina: uma de carácter grupal, com turmas que no seu conjunto são extremamente difíceis de lidar, outra com um carácter individual, em que numa turma existem apenas dois ou três alunos (às vezes até um só) cuja ação se revele bastante perturbadora. Ao professor cabe a árdua tarefa de encontrar a forma mais adequada de atuar face a estas situações, tendo em consideração as características específicas dos alunos (Lopes, 2002).

Outra das causas da indisciplina apresentada por diferentes autores, nomeadamente, Maria Teresa Estrela (2002), Carita & Fernandes (2012) e João Lopes (2002), e uma das que tem um maior impacto na questão da indisciplina na escola, é a multiplicação da população escolar nas últimas décadas, devido à frequente legislação visando o alargamento da escolaridade obrigatória, acompanhada, por sua vez, de alterações a nível da estrutura social.

A tabela que se segue demonstra as transformações da população escolar do ensino não superior entre 1999 e 2011.

Quadro 1: Alunos matriculados no sistema de ensino de 1990-2011

Fonte: Ministério da Educação e Ciência – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

Nível de Ensino	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
Ano Letivo		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
1990/2000	214 857	486 957	251 161	366 767	344 870
2000/2001	221 407	485 517	246 336	361 899	321 077
2001/2002	226 892	473 401	248 523	350 533	300 223
2002/2003	232 555	462 685	251 866	344 896	287 609
2003/2004	238 364	459 832	250 552	344 115	286 323
2004/2005	243 921	460 502	245 028	341 908	287 955
2005/2006	246 090	465 238	238 955	357 860	263 919
2006/2007	247 826	469 402	238 431	364 982	276 391
2007/2008	250 629	468 101	242 854	367 838	359 023
2008/2009	258 932	458 044	241 353	359 023	310 738
2009/2010	274 387	476 259	257 256	379 229	341 459
2010/2011	276 125	464 620	278 263	463 833	440 895

Muitos alunos, que anteriormente, não teriam qualquer expectativa de alcançar o 12º ano, veem-se obrigados a permanecer no sistema educativo. Assim sendo, o “*abandono escolar precoce*” dá lugar ao “*abandono escolar tardio*”, sendo muito frequente encontrarmos alunos com 15 ou 16 anos a frequentar ainda o 2º ciclo do ensino básico, sem que os docentes vislumbrem qualquer tipo de estratégias para estes concluírem a escolaridade com aproveitamento. Outra situação que também é bastante

vulgar, nas escolas, é o caso de alunos que transitam de ciclo sem ter adquirido as competências básicas do ciclo anterior. Como evidencia João Lopes (2002), “esta situação não é obviamente inócua em termos de comportamentos dos alunos e da atitude geral que mantêm face aos professores, aos colegas e à instituição no seu todo”.

Apesar de todas estas mudanças de ordem legislativa e social, a escola pública não tem sabido ou podido dar uma resposta satisfatória à diversidade sociocultural do seu novo público; além disso, é comum assistir à convivência entre milhares de alunos em espaços escolares concebidos para centenas de discentes.

Se a indisciplina pode ter esta multiplicidade de causas, também as suas consequências não são em menor número. Assim, as suas repercussões são sentidas tanto por professores, como por alunos. Primeiramente, a indisciplina afeta indelevelmente as relações entre professores e alunos, colocando em causa a autoridade docente e a própria organização educativa. Em relação aos alunos, a indisciplina poderá provocar insucesso escolar, dificuldades de socialização, violência e até mesmo criminalidade, nos casos de maior gravidade. No caso dos professores, as consequências da indisciplina não são menos desastrosas, uma vez que os comportamentos indisciplinados dos discentes podem afetar a sua autoestima e provocar sensação de frustração e desânimo, sentimento de impotência, podendo levar mesmo ao desejo de abandono da profissão.

No que se refere ao fenómeno da indisciplina, não está assegurada a invulnerabilidade dos quadros teóricos nos quais se baseiam as explicações e as intervenções. Dada a complexidade do fenómeno e as múltiplas variáveis que nele intervêm, o sucesso das intervenções não está de todo garantido. A ele estão subjacentes diferentes fatores, designadamente, de ordem social, familiar, pessoal e escolar.

Como podemos constatar, o fenómeno da indisciplina tem uma panóplia de fatores na sua origem e múltiplas consequências, os quais perpassam as perspetivas psicológicas, sociológica e pedagógicas.

Capítulo II – A Indisciplina nos Normativos Legais

1. Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro

A entrada em vigor da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, trouxe, às escolas, um novo normativo que rege o estatuto do aluno do ensino não superior.

Esta lei estabelece os direitos e os deveres dos alunos dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais/encarregados de educação e os restantes agentes educativos na sua educação e formação.

No artigo 1º, podemos ler os objetivos que presidiram à elaboração desta mesma Lei:

“O Estatuto prossegue os princípios gerais e organizativos do sistema educativo português, conforme se encontram estatuídos nos artigos 2.º e 3.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo, em especial, o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.”

Depreendemos, assim, que o objetivo primordial deste normativo é a promoção da criação de um ambiente propício processo de ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal, social e profissional dos jovens, promovendo, simultaneamente, o mérito, a responsabilidade, a assiduidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na própria escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, a sua formação cívica, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de competências e saberes.

Esta degradação do clima escolar verificada ao longo dos tempos foi provocada por alterações significativas ocorridas ao nível das estruturas familiares, da evolução e propagação dos meios de comunicação social e das TIC, com especial relevância para a televisão e internet, do crescimento da imigração que introduziu na sociedade portuguesa e, conseqüentemente, na escola, uma vez que esta é um reflexo daquela, elementos de diferenciação social e cultural e, por último, mas não menos importante, da massificação do ensino, resultante do alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos. Desta forma, a frequência e a gravidade dos casos de indisciplina em contexto escolar aumentaram exponencialmente, tornando-se imperioso tomar medidas que impeçam que este processo de degradação do ambiente escolar continue a sua escala.

O diploma, no seu capítulo IV, referente à disciplina, regulamenta os procedimentos disciplinares a adotar pela escola em casos de indisciplina,

designadamente, a caracterização de infração e as medidas disciplinares a aplicar pelo estabelecimento de ensino.

Na Secção I, Infração, mais concretamente no ponto 1 do artigo 22.º, define-se o conceito de infração:

“A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no artigo 10.º ou no regulamento interno da escola, de forma reiterada e ou em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.” (Lei n.º 51/2012)

Na Secção II do mesmo normativo, intitulada Medidas Disciplinares, são referenciadas as finalidades e determina-se também as medidas disciplinares, distinguindo, de forma clara, medidas disciplinares corretivas e medidas disciplinares sancionatórias.

“Todas as medidas disciplinares corretivas e sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada, o cumprimento dos deveres do aluno, o respeito pela autoridade dos professores no exercício da sua atividade profissional e dos demais funcionários, bem como a segurança de toda a comunidade educativa. As medidas corretivas e disciplinares sancionatórias visam ainda garantir o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e da sua aprendizagem”. (Lei n.º 51/2012)

Segundo o artigo 25.º da Lei n.º 51/2012, quando se determina uma medida disciplinar corretiva ou sancionatória, deve-se ter em consideração a gravidade dos atos praticados, as atenuantes (bom comportamento anterior do aluno, o seu aproveitamento escolar e o seu arrependimento) e as agravantes (a premeditação, o conluio, a gravidade do dano causado a terceiros, a acumulação de infrações disciplinares e a reincidência nelas, sobretudo no mesmo ano letivo), o grau de culpa do discente, a sua maturidade e as suas condições sociofamiliares.

São consideradas medidas corretivas pelo diploma em questão:

“a) A advertência; b) A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar; c) A realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades...; d) O condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas; e) A mudança de turma.” (Capítulo IV, Secção II, Subsecção II, Artigo 26.º)

A advertência, em contexto de sala de aula, é da competência do professor. Fora da sala de aula, compete a qualquer professor ou funcionário fazê-la.

Assim como tudo o que se passa em contexto de sala de aula, a ordem de saída da sala de aula é da exclusiva competência do docente respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do mesmo na escola. No regulamento interno de cada instituição educativa deverão estar definidas as tarefas a realizar pelo aluno aquando da aplicação da ordem de saída da sala de aula. Sempre que esta medida corretiva seja aplicada ao mesmo aluno de forma reiterada, dever-se-á analisar a situação em conselho de turma, com o intuito de identificar as causas e a pertinência da proposta de aplicação de diferentes medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, conforme previsto no ponto 7 do artigo 26.º da Lei 51/2012.

As restantes medidas corretivas previamente referenciadas são da competência do diretor do agrupamento ou escola não agrupada, tendo o mesmo de proceder sempre “à audição do diretor de turma ou do professor titular da turma a que o aluno pertença, bem como do professor tutor ou da equipa multidisciplinar, caso existam” (Capítulo IV, Secção II, Subsecção I, Artigo 26.º).

Por sua vez, são consideradas medidas disciplinares sancionatórias:

“a) A repreensão registada; b) A suspensão até 3 dias úteis; c) A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis; d) A transferência de escola; e) A expulsão da escola.” (Capítulo IV, Secção II, Subsecção III, Artigo 28.º)

A repreensão registada, quando a infração é praticada em contexto de sala de aula, é da responsabilidade do respetivo professor. No entanto, quando a infração ocorre fora da sala de aula, a aplicação desta medida disciplinar sancionatória é da responsabilidade do diretor do agrupamento de escola ou escola não agrupada. As restantes medidas disciplinares sancionatórias são da exclusiva responsabilidade do diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, tendo sempre em consideração a devida fundamentação e os procedimentos previstos no artigo 28.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro.

A aplicação das medidas disciplinares sancionatórias de transferência de escola e expulsão de escola é da competência do diretor-geral da educação, estando, no entanto, prevista a possibilidade de delegação. Estas medidas são precedidas da conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 30.º do normativo em análise.

No que concerne à transferência de escola, o mesmo normativo acrescenta ainda que a aplicação desta medida sancionatória tem de estar fundamentada na prática de factos que comprometam, de forma relevante, o processo de ensino-aprendizagem

dos restantes alunos ou o normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa. Além disso, a mesma só poderá ser aplicada se estiverem reunidas as seguintes condições:

- a) O aluno ter idade igual ou superior a dez anos;
- b) O aluno frequente a escolaridade obrigatória;
- c) Esteja assegurada a frequência de outra escola na mesma localidade ou na localidade mais próxima, desde que servida de transporte público ou escolar.

Já a expulsão da escola implica que o aluno infrator fica retido no ano de escolaridade que frequenta quando a medida sancionatória é aplicada e na proibição de acesso ao espaço escolar até ao final daquele ano escolar e nos dois anos escolares seguintes.

Neste normativo, saem reforçadas a autonomia dos agrupamentos de escolas ou escola não agrupada, a responsabilidade dos alunos, o papel e a autoridade do professor e a responsabilidade dos pais ou encarregados de educação.

Assim, o artigo 39.º refere:

“A autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas pressupõe a responsabilidade de todos os membros da comunidade educativa pela salvaguarda efetiva do direito à educação e à igualdade de oportunidades no acesso à escola, bem como a promoção de medidas que visem o empenho e o sucesso escolares, a prossecução integral dos objetivos dos referidos projetos educativos, incluindo os de integração sociocultural, e o desenvolvimento de uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e exercício responsável da liberdade individual e do cumprimento dos direitos e deveres que lhe estão associados.” (Capítulo V, Secção I, Artigo 39.º)

Por sua vez, o artigo 40.º menciona que “os alunos são responsáveis, em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento, pelo exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres que lhe são outorgados pelo presente Estatuto, pelo regulamento interno da escola e pela demais legislação aplicável.” (Capítulo V, Secção I, Artigo 40.º)

Relativamente ao papel e autoridade do pessoal docente, os artigos 41.º e 42.º referem:

“Os professores, enquanto principais responsáveis pela condução do processo de ensino, devem promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação, em ambiente de ordem e disciplina nas atividades na sala de aula e na escola.” (Capítulo V, Secção I, Artigo 41.º)

“A lei protege a autoridade dos professores nos domínios pedagógico, científico, organizacional, disciplinar e de formação cívica. A autoridade do

professor exerce-se dentro e fora da sala de aula, no âmbito das instalações escolares ou fora delas, no exercício das suas funções.” (Capítulo V, Secção I, Artigo 42.º)

Em relação à responsabilidade de pais ou encarregados de educação, o artigo 43.º menciona:

“ Aos pais ou encarregados de educação incumbe uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos no interesse destes e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos.

Os pais ou encarregados de educação são responsáveis pelos deveres dos seus filhos e educando, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina.” (Capítulo V, Secção I, Artigo 43.º)

Neste aspeto, este Estatuto do Aluno apresenta muitas semelhanças com o anterior Estatuto do Aluno e as respetivas alterações (Lei 30/2002 de 20 de dezembro; Lei 3/2008 de 18 de janeiro e Lei 39/2010 de 2 de setembro). No entanto, concluímos que, em relação aos anteriores normativos, a principal diferença é a corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação.

No que concerne ao incumprimento dos deveres dos pais ou encarregados de educação, nomeadamente no que diz respeito aos deveres de matrícula, frequência, assiduidade e pontualidade dos seus educandos, de comparência na escola nos casos de serem convocados e nos casos da não realização pelos seus educandos das medidas de recuperação ou atividades de recuperação definidas pela escola e da não comparência dos seus educandos em consultas ou terapias prescritas por técnicos especializados, o artigo 44º da Lei 51/2012 de 5 de setembro refere:

“O incumprimento reiterado, por parte dos pais ou encarregados de educação, dos deveres a que se refere o número anterior, determina a obrigação, por parte da escola, de comunicação do facto à competente comissão de proteção de crianças e jovens ou ao Ministério Público, nos termos previstos no presente Estatuto.

O incumprimento consciente e reiterado pelos pais ou encarregado de educação de alunos menores de idade dos deveres estabelecidos no n.º 2 pode ainda determinar por decisão da comissão de proteção de crianças e jovens ou do Ministério Público, na sequência da análise efetuada após a comunicação prevista no número anterior, a frequência em sessões de capacitação parental, a promover pela equipa multidisciplinar do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, sempre que possível, com a participação das entidades a que se refere o n.º 3 do artigo 53.º, e no quadro das orientações definidas pelos ministérios referidos no seu n.º 2.

Nos casos em que não existam equipas multidisciplinares constituídas, compete à comissão de proteção de crianças e jovens ou, na sua

inexistência, ao Ministério Público dinamizar as ações de capacitação parental a que se refere o número anterior, mobilizando, para o efeito, a escola ou agrupamento, bem como as demais entidades a que se refere o artigo 53.º

Tratando-se de família beneficiária de apoios sociofamiliares concedidos pelo Estado, o facto é também comunicado aos serviços competentes, para efeito de reavaliação, nos termos da legislação aplicável, dos apoios sociais que se relacionem com a frequência escolar dos seus educandos e não incluídos no âmbito da ação social escolar ou do transporte escolar recebidos pela família”. (Capítulo V, Secção I, Artigo 44.º).

O mesmo diploma refere ainda no artigo 45º que as situações reiteradas de incumprimento dos deveres de pais ou encarregados de educação constituem contraordenações punidas com pagamentos de coimas, substituíveis pela perda de benefícios sociais, designadamente, a ação social escolar ou rendimento social de inserção.

“A manutenção da situação de incumprimento consciente e reiterado por parte dos pais ou encarregado de educação de alunos menores de idade dos deveres a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, aliado à recusa, à não comparência ou à ineficácia das ações de capacitação parental determinadas e oferecidas nos termos do referido artigo, constitui contraordenação.

As contraordenações previstas no n.º 1 são punidas com coima de valor igual ao valor máximo estabelecido para os alunos do escalão B do ano ou ciclo de escolaridade frequentado pelo educando em causa, na regulamentação que define os apoios no âmbito da ação social escolar para aquisição de manuais escolares.

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, quando a sanção prevista no presente artigo resulte do incumprimento por parte dos pais ou encarregados de educação dos seus deveres relativamente a mais do que um educando, são levantados tantos autos quanto o número de educandos em causa.

Na situação a que se refere o número anterior, o valor global das coimas não pode ultrapassar, na mesma escola ou agrupamento e no mesmo ano escolar, o valor máximo mais elevado estabelecido para um aluno do escalão B do 3.º ciclo do ensino básico, na regulamentação que define os apoios no âmbito da ação social escolar para a aquisição de manuais escolares.” (Capítulo V, Secção I, Artigo 45.º)

PARTE II – FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Capítulo III – A Construção do Objeto de Estudo

De seguida apresentaremos a fundamentação metodológica do projeto empírico, fazendo referência aos objetivos da investigação, ao tipo de metodologia escolhida e as razões dessa mesma escolha, ao público-alvo do estudo e às técnicas de recolha e tratamento de dados selecionadas.

1. Objetivos Específicos da Investigação Empírica

Os objetivos específicos deste projeto de investigação empírica são os seguintes:

- a) Conhecer o fenómeno da indisciplina nas suas diferentes vertentes;
- b) Conhecer as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem;
- c) Identificar as causas por trás dos comportamentos inadequados dos alunos;
- d) Recolher sugestões para a resolução das situações de indisciplina.

2. Metodologia

Um trabalho de investigação deve ser sempre encarado com seriedade, precisão e rigor científico. Para que isso seja possível, é fundamental que o investigador escolha a metodologia mais adequada para a execução do projeto.

Numa investigação na área das Ciências da Educação, as possibilidades e as opções metodológicas são variadas. Tendo em consideração que a escolha da metodologia deve fazer-se sempre em função da natureza da problemática a investigar, consideramos pertinente assumir uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Nesse sentido, recorreremos à análise documental e a inquéritos por questionário como técnicas de recolha de dados e à análise estatística e à interpretação das respostas às questões abertas dos questionários como técnicas de análise de dados.

Esta abordagem mista permite-nos contornar as limitações inerente a cada um dos tipos de metodologia, através de sua simbiose. Além disso, a mesma afigura-se-nos como a mais adequada para perceber e clarificar os processos, os produtos e os fenómenos relacionados com a problemática deste trabalho de investigação – a indisciplina na sala de aula – partindo das representações e das perceções dos sujeitos. Assim, o centro da investigação é a compreensão em profundidade da problemática, ou seja, é investigar o que está na origem de certos comportamentos, atitudes e

convicções; contribuir para o conhecimento das causas que estão “por trás” dos comportamentos e atitude menos corretos por parte dos alunos em contexto escolar.

No domínio da investigação qualitativa podemos referir que este é um método de estudo que se baseia na forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas próprias vivências e ao mundo do qual fazem parte, isto é, a compreensão do problema faz-se a partir da perspetiva dos próprios sujeitos da investigação. Como refere Berger (2009), “a tarefa do investigador, a tarefa de construção do saber, é precisamente ir buscar junto daqueles que sabem, o discurso de que são portadores” (p.178). Nestes estudos, há sempre a intenção de capturar e compreender, ao pormenor, as perspetivas e pontos de vista dos indivíduos visados no processo de investigação sobre a temática. Assim sendo, a teoria surge da recolha, análise e descrição dos dados recolhidos pelo sujeito epistémico.

Enquanto exercício de pesquisa, como referem Bogdan & Biklen (1994), a abordagem qualitativa permite descrever os fenómenos inerentes à temática da investigação com uma maior profundidade, recorrendo-se à apreensão dos significados e dos estados subjetivos dos sujeitos. O que é realmente importante neste tipo de estudo não é generalizar, mas antes particularizar e entender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade, possibilitando a transferibilidade das conclusões da investigação a outras situações e sujeitos. Nesta perspetiva qualitativa, é mais importante o processo do que os resultados ou produtos da investigação.

Partimos, assim, do pressuposto de que a construção do saber se processa a partir do próprio ambiente natural, tendo em consideração a necessidade de uma contextualização do objeto no seu contexto sócio histórico, cultural e institucional. Assim, o investigador é *o instrumento principal* (Bogdan & Biklen, 1994) da construção do conhecimento, sendo parte integrante da investigação (implicado), influenciando o próprio objeto da investigação, embora com a possível imparcialidade. Daí existir, neste tipo de investigação, uma aproximação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

A escolha da metodologia prendeu-se também com o facto de pretendermos criar instrumentos de investigação que protejam o investigador do *transfer* (reações do objeto de estudo) e, principalmente, do *contra-transfer* (reações do investigador às reações do objeto de estudo). Assim, os instrumentos de investigação escolhidos irão criar um distanciamento que protegerá o investigador contra esta espécie de dupla relação que ele mantém com o objeto de estudo (Devereux citado por Berger, 2009, p.188).

Como abordagem metodológica, escolhemos, para este trabalho de investigação sobre a indisciplina em sala de aula, o estudo de caso, já que este se apresenta como método mais adequado para a análise de fenómenos humanos complexos e permite preservar as características holísticas do fenómeno alvo de estudo.

Com base nos pressupostos já anteriormente enunciados, o estudo de caso desta investigação seguirá uma abordagem mista, isto é, simultaneamente, qualitativa (construtivista) e quantitativa, pois pretendemos fazer uma compreensão intensa e profunda do fenómeno da indisciplina para o perceber em toda a sua complexidade, a partir da perspetiva dos seus atores e da interpretação do próprio investigador num processo dialético.

Como refere Yin (2001), “os estudos de casos representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo «como» e «por que», quando o pesquisador tem pouco controlo sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (p.19).

Neste estudo de caso concreto, tratar-se-á de um projeto de *caso único*, seguindo as definições de Yin (2001) e Bogdan & Biklen (1994), dado que o trabalho de pesquisa incidirá sobre uma realidade concreta e circunscrita, isto é, uma escola do ensino básico, e os atores desse cenário educativo, mais especificamente, professores e alunos. A escolha recaiu sobre esta escola não só pelas dinâmicas que aí se observam, mas também pela facilidade verificada na disponibilização dos dados.

Simultaneamente, tratar-se-á de um estudo de caso descritivo e interpretativo uma vez que se pretende efetuar uma descrição detalhada e significativa da realidade, com o intuito de compreender as diferentes perspetivas dos participantes sobre a situação em análise – o fenómeno da indisciplina. Assim, partimos do pressuposto que a realidade em si não existe, existindo, sim, construtos da realidade, significados atribuídos pelos atores sociais, neste caso em particular a comunidade educativa da escola, por referência aos contextos em que vivem e desenvolvem a sua atividade. Pretendemos, assim, compreender e interpretar a realidade, confrontando as diversas construções e significados da mesma.

O projeto de investigação terá, assim, várias “frentes” de intervenção, já que este problema, de *per se*, envolve diferentes pessoas e, não só, como se costuma pensar, os alunos “indisciplinados e incorretos”. Só um trabalho que envolva “todos” os membros da comunidade educativa poderá levar à concretização do principal objetivo deste projeto, ou seja, a erradicação ou, pelo menos, a minimização dos casos de indisciplina na escola.

Para que um estudo de caso alcance sucesso, é necessário que o sujeito epistémico reúna em si uma série de características e habilidades: capacidade de fazer “boas” perguntas e interpretar as respetivas respostas; capacidade de “ouvir” os seus interlocutores, não se deixando iludir pelas suas próprias ideologias e preconceitos; capacidade de ser adaptável e flexível; noção clara das questões em estudo e imparcialidade face às noções preconcebidas, isto é, de ser uma pessoa sensível e atenta às ideias e conceções diferentes das suas.

3. Público-Alvo

Pretendemos que este trabalho de investigação empírica tenha como público-alvo professores e alunos do 2º ciclo do ensino básico da escola objeto de estudo, mais concretamente 12 professores e 35 alunos.

4. Técnicas de Recolha de Dados

As técnicas de recolha de informação são utilizadas para registar as observações ou facilitar o desenvolvimento do trabalho de investigação. Existe uma grande diversidade de instrumentos e técnicas de recolha de dados, nomeadamente, a análise documental, pesquisa bibliográfica, os vários tipos de observação (simples, estruturada, (não-)participante, (não) sistemática, individual, em equipa, laboratorial) o inquérito por questionário e a entrevista.

Este trabalho de investigação empírica, inicialmente, basear-se-á numa análise de um conjunto de documentos importantes para contextualizar a realidade do objeto de estudo, nomeadamente, o Projeto Educativo de Escola, o Regulamento Interno e outros tipos de documentos que se revelem importantes para a compreensão do fenómeno da indisciplina, designadamente, relatórios.

Para além das técnicas de recolha de dados referidas anteriormente, utilizaremos também o inquérito por questionário. Dado a dimensão da amostra que se pretende estudar, esta técnica parece ser a mais adequada, uma vez que possibilita a recolha de informações sobre um grande número de indivíduos e permite estabelecer comparações precisas entre as respostas dos inquiridos. Consideramos, ainda, que esta técnica possui muitas vantagens dado que economiza tempo em função do grande número de respostas obtidas e o número de pessoas a que se consegue chegar; permite obter respostas rápidas; porque é anónimo, permite uma maior liberdade e tempo de

resposta e, dada a não influência do pesquisador, há um menor risco de distorção da realidade provocada pela subjetividade do investigador.

Estes inquéritos por questionário terão como público-alvo professores e alunos do 2º ciclo do ensino básico da escola objeto de estudo. Na elaboração do questionário, tentaremos garantir o seu rigor, definindo, previamente, os tipos de questões a fazer, os tipos de respostas adequados, as escalas de medidas a utilizar e os respetivos métodos para a análise dos dados obtidos.

Convém referir que, para realizar este estudo empírico, foi-nos exigida, por parte da direção da escola, a autorização do MIME (Monotorização de Inquérito em Meio Escolar), organismo do Ministério da Educação e Ciência. Esta exigência constituiu um pequeno constrangimento para a realização do projeto empírico, uma vez que, dada a burocracia exigida e a demora na autorização da aplicação dos questionários, atrasará a aplicação dos mesmos.

Além disso, será também conveniente produzir mecanismo de validação das técnicas de recolha de dados utilizadas neste projeto de investigação empírica, com o intuito de se detetarem eventuais erros e, conseqüentemente, proceder-se à sua reformulação. A utilização desta técnica possibilitará ao sujeito epistémico compreender, detalhadamente, o que o público-alvo pensa sobre o fenómeno da indisciplina ou como procede em determinadas circunstâncias.

5. Técnicas de Tratamento de Dados

Os dados recolhidos neste processo de investigação constituirão um material em bruto que necessitará de ser analisado e tratado de forma a conseguir-se a sua redução, simplificação, seleção e organização, até se obterem elementos significativos que permitam estabelecer relações de sentido (redes de sentido), fazer interpretações e chegar a uma conclusão (resultado).

Como técnica de análise de dados usaremos, essencialmente, a análise estatística. Para isso, recorreremos a uma ferramenta informática disponível 'online' na internet, o Google docs (formulários), que procede automaticamente ao tratamento dos dados estatísticos dos questionários utilizados neste projeto de investigação. Esta técnica consiste, inicialmente, na codificação das respostas dos inquéritos por questionários, o que se torna essencial no momento do tratamento dos dados, uma vez que possibilita a comparação global das respostas. Assim sendo, recorreremos à estatística descritiva com o objetivo de alcançar uma visão global da informação recolhida. Com efeito, a estatística descritiva permite-nos organizar, resumir e descrever

as informações mais relevantes para o estudo empírico em causa. Além da análise estatística que utilizaremos nas questões de resposta fechada que se encontram nos inquéritos por questionários aplicados, será necessário também proceder a um estudo e interpretação das respostas das questões abertas, de modo a chegarmos a uma conclusão, que traduzirá o verdadeiro significado daquilo que os vários intervenientes pensam e expressam sobre o tema em estudo. Como referem Teis e Teis (2006), “a preocupação do pesquisador é com o significado, com a maneira própria com que as pessoas veem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca”. Deste modo, pretende-se que o sujeito epistémico reflita e tome consciência dos esquemas de interpretação dos inquiridos sobre a problemática alvo de estudo. Tendo em consideração a extensão dos dados recolhidos durante o processo de investigação, a sua natureza verbal ou escrita e o carácter diversos e polissémico dos vários dados conseguidos, a sua análise e tratamento afigura-se uma tarefa complexa, difícil e morosa, no entanto, absolutamente fundamental para o sucesso do processo de investigação.

Capítulo IV – Contextualização

Neste capítulo, apresentaremos uma caracterização da instituição educativa alvo deste projeto de investigação empírica. Essa caracterização basear-se-á num enquadramento geográfico e socioeconómico, passando também por uma descrição dos recursos humanos e físicos.

Além disso, faremos também uma breve caracterização do problema que está no cerne da realização deste projeto, isto é, a indisciplina em contexto de sala de aula. Pretendemos, assim, apresentar dados sobre o número de ocorrências de indisciplina, identificando a sua gravidade e também as medidas preventivas e corretivas que a escola apresenta, no seu regulamento interno, para fazer face a esta problemática.

1. Caracterização da Instituição/Campo Específico do Projeto

A escola alvo deste projeto é a sede de um agrupamento de escolas que engloba estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, o que significa que a maioria da sua população escolar se encontra a frequentar a escolaridade obrigatória definida pela Lei 85/2009 de 27 de agosto, a qual “estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade”.

A escola sede de agrupamento tem capacidade para 23 turmas do 2º ciclo e 12 turmas do 3º ciclo.

Vejamos o seguinte quadro:

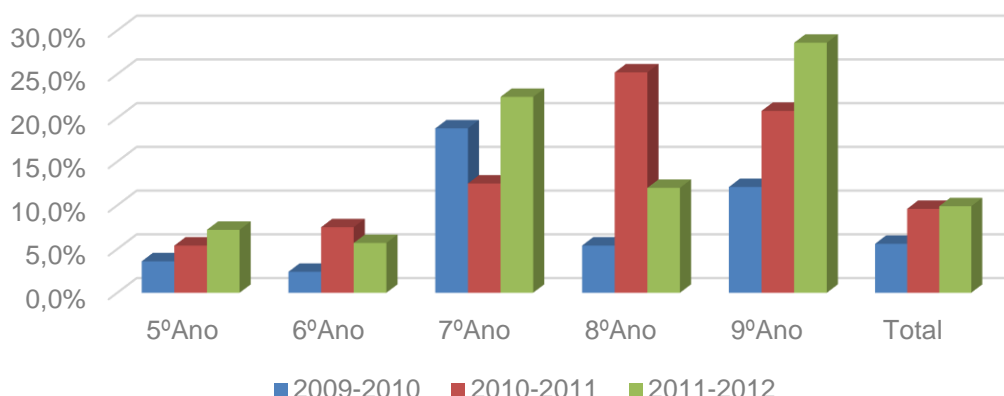
Quadro 2: Número de alunos por nível de ensino

Nível de Ensino	Número de Alunos
2º Ciclo do Ensino Básico	481
3º Ciclo do Ensino Básico	178

Os alunos encontram-se repartidos por 10 turmas de 5ºano; 11 turmas de 6ºano; 2 turmas de 7ºano; 4 turmas de 8ºano e 3 turmas de 9ºano.

Nos últimos anos, a percentagem de alunos retidos é mais significativa no 3º ciclo do ensino básico. Além disso, o número de retenções tem aumentado nos últimos anos, sendo que esse crescimento é mais notório no 3º ciclo, especialmente, nos 7º e 9º anos.

Gráfico 1: Percentagem de retenções



Convém referir que a mesma se situa num concelho da região norte. A sua base económica é marcada pela indústria, sendo este o setor que ocupa a maioria da população ativa. A grande maioria das famílias dos alunos trabalha em pequenas e médias empresas, na agricultura e no comércio e pertencem a estratos sociais homogêneos, isto é, classe média baixa. Os problemas sociais são bastante significativos, agravados sobretudo pelo desemprego e pelas baixas qualificações académicas. De salientar, ainda, a existência de casos de violência familiar da qual os alunos se ressentem. Dadas as características do meio económico-social, são muitos os alunos carenciados e, portanto, beneficiando da Ação Social Escolar. Neste aspeto, têm especial relevância as famílias de etnia cigana cujos filhos frequentam a escola.

O corpo docente é formado, na sua maioria, por professores do quadro, possuindo cada um deles habilitações específicas para a docência. O mesmo divide-se pelos ciclos do ensino básico da seguinte forma:

Quadro 3: Número de professores por nível de ensino

Nível de Ensino	Número de Professores
2º Ciclo do Ensino Básico	38
3º Ciclo do Ensino Básico	21

O pessoal não docente é constituído, maioritariamente, por funcionários com contrato individual de trabalho, divididos por duas áreas distintas: serviços

administrativos e assistência operacional. Além destes, a escola possui ainda um técnico superior nos serviços de psicologia e orientação em contrato de provimento.

Para desenvolver a sua atividade educativa, a escola sede dispõe de quatro pavilhões para atividades letivas, um pavilhão gimnodesportivo com um campo de jogos exterior, um pavilhão central onde se encontram sediados a direção, os serviços administrativos, a receção, a reprografia, a papelaria, o bar, o refeitório, salas de reunião, serviços de psicologia e orientação, sala de diretores de turma, centro de recursos e polivalente. Além destes espaços, existe também um pavilhão onde se situam a sala de professores e a sala de estudo. É importante referir que estas instalações encontram-se em considerável estado de degradação, dado que se trata de infraestruturas de há cerca de três décadas atrás que necessitam de requalificação urgente. (Agrupamento de Escolas, 2010)

2. Caraterização do Problema

Com uma análise atenta das atas dos conselhos de turmas, dos registos de avaliação dos alunos, das informações veiculadas nas reuniões de departamento e nas conversas informais que se vai mantendo ao longo dos dias de trabalho com os pares, com os auxiliares de ação educativa, com os próprios encarregados de educação e com a observação direta de situações menos positivas que acontecem quer no ambiente de sala de aula, quer em momentos de lazer e distração dos alunos, pode-se constatar que a indisciplina e a falta de regras dos alunos da escola alvo deste projeto é um problema que preocupa cada vez mais toda a comunidade educativa.

A indisciplina dos alunos é um dos principais fatores da existência dos elevados índices de *stress* em elementos da comunidade educativa. Professores, funcionários, alunos e mesmo pais, são vítimas desta situação, vivida na generalidade das escolas. Esta situação tem-se vindo a agravar nos últimos tempos, perturbando o desenvolvimento de relações normais e sadias entre os elementos da Comunidade Educativa.

Os dados veiculados pela direção da escola demonstram a evolução significativa do número de casos de indisciplina ao longo dos últimos anos e o número de sanções aplicadas. Para sintetizar esses dados, apresentamos o quadro seguinte:

Quadro 4: Casos de Indisciplina

Casos de Indisciplina	Anos Letivos				
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Nº Participações na Direção	34	9	33	63	63
Nº Processos Disciplinares	11	4	12	13	7
Nº Sanções decorrentes de Processos Disciplinares	7	4	18	17	5

Como podemos verificar pela análise do quadro anterior, o ano letivo 2008/2009 foi um ano atípico relativamente aos outros anos escolares apresentados.

Nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011, constata-se o aumento muito significativo do número de sanções disciplinares aplicadas na sequência dos processos disciplinares, em relação aos restantes anos. Isto pode ser entendido como um aumento da gravidade dos motivos que levaram às participações.

Globalmente, assistimos a um acréscimo do número de participações disciplinares, excetuando o ano de 2008/2009, o que poderá significar uma chamada de atenção por parte dos professores à direção, no intuito de conseguirem uma ação mais concreta e assertiva por parte desta última para a resolução dos casos de indisciplina.

De seguida, apresentamos um quadro que nos mostra as diferentes medidas disciplinares aplicadas nos casos de indisciplina.

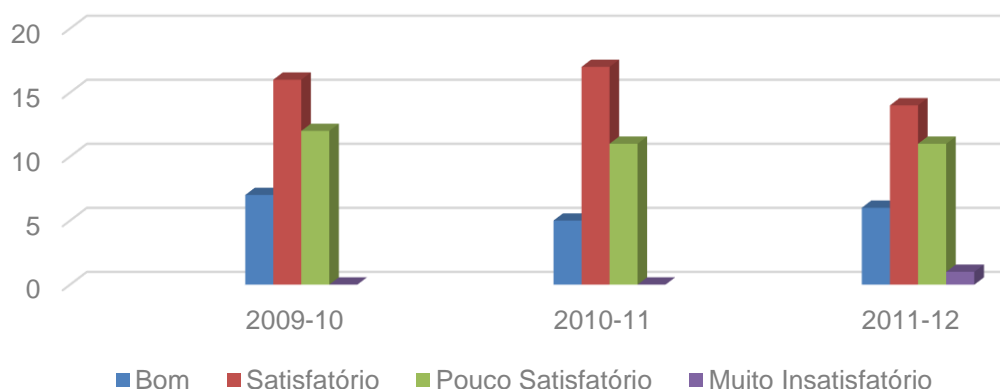
Quadro 5: Medidas Disciplinares Sancionatórias

Medidas Disciplinares Sancionatórias	Anos Letivos				
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Nº Repreensões Registadas	3	3	3	8	0
Nº Cumprimentos de Atividades de Integração	0	0	4	7	2
Nº Suspensões até 10 dias úteis	4	1	11	2	3
Nº Transferências de Escola	0	0	0	0	0

Pela análise dos quadros acima, facilmente, constatamos que o número de casos de indisciplina tem aumentado substancialmente nos últimos anos.

Para termos uma noção global da evolução do comportamento das turmas da escola ao longo dos anos, apresentamos o seguinte gráfico baseado na análise das atas dos conselhos de turma.

Gráfico 2: Evolução do comportamento das turmas



Na escola, o problema da indisciplina manifesta-se das mais várias formas, tendo também diferentes dimensões, desde infrações consideradas, pelo regulamento interno, como leves, até aquelas que se nomearam de muito graves, passando também pelas graves.

Se tivermos em consideração que as medidas disciplinares sancionatórias mais severas, como por exemplo a suspensão da escola, são tomadas em casos de indisciplina mais graves, podemos concluir que, de todas as situações de indisciplina vivenciadas na escola, as mais frequentes são as infrações leves e graves, como comprova o quadro relativo às medidas disciplinares sancionatórias.

O Regulamento Interno classifica como situações de indisciplina leves:

- o mascar pastilhas elástica dentro da sala de aula;
- escrever nas mesas e cadeiras;
- atirar material ao chão intencionalmente;
- levantar-se sem a devida autorização do professor;
- balouçar nas cadeiras;
- usar linguagem imprópria ...

No que concerne às infrações graves, revelam-se mais frequentes as seguintes ações:

- faltar ao respeito a colegas, professores e funcionários;
- não respeitar as ordens dos professores ou funcionário;
- recusar a apresentação de documento ou material solicitado pelo professor;

- perturbar, do exterior, o funcionamento das atividades escolares;
- sair da sala sem autorização;
- usar o telemóvel nas aulas;
- perturbar deliberadamente as aulas;
- agressão física e verbal a colegas;
- danificar material intencionalmente...

Verifica-se que, na generalidade, os alunos ditos indisciplinados e perturbadores do bom funcionamento das atividades escolares são oriundos de famílias com graves problemas socioeconómicos, que evidenciam também um acentuado desinteresse face às atividades escolares, não vislumbram nenhuma utilidade na escola, encarando-a como uma obrigação. Salienta-se, neste ponto, os alunos de etnia cigana e as suas famílias como casos graves de total alheamento e desinteresse face à educação institucional. Neste último caso, a maioria destes alunos e das suas famílias não se identificam com a cultura escolar vigente e não reconhecem qualquer valor à escola. Apenas a frequentam para usufruírem do rendimento social de inserção. Assim, é bastante comum encontrar em alunos desta etnia casos de reiterados de indisciplina e insucesso escolar, aos quais a escola ainda não conseguiu responder de forma satisfatória.

As medidas disciplinares aplicadas aos casos de indisciplina possuem, segundo o Regulamento da Escola, duas tipologias: medidas corretivas e medidas sancionatórias. Na determinação da aplicação das medidas corretivas ou sancionatórias deve ter-se em consideração:

- a gravidade das infrações (leves, graves ou muito graves);
- a idade do aluno;
- o grau de culpabilidade;
- o seu desempenho escolar;
- o seu meio sociofamiliar;
- os seus antecedentes disciplinares;
- todas as demais circunstâncias em que a infração foi praticada que militem contra ou a seu favor.

São medidas corretivas, com finalidades pedagógicas, dissuasoras dos comportamentos disruptivos:

- a advertência;
- a ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
- a realização de tarefas e atividades de integração escolar;

- o condicionamento no acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos;
- a mudança de turma;
- a apreensão do telemóvel, MP3 ou equipamento similar.

As medidas disciplinares sancionatórias previstas no Regulamento Interno são aplicadas em casos de comportamento de alunos considerados graves ou muito graves. A ocorrência deverá ser participada, de imediato, pelo professor ou funcionário que a presenciou, à direção com o conhecimento do diretor de turma. Além do caráter preventivo e dissuasor, estas apresentam também uma vertente punitiva. São medidas disciplinares sancionatórias:

- a repreensão registada;
- a suspensão da escola por um dia útil;
- a suspensão da escola até 10 dias úteis;
- a transferência de escola.

Apesar destas medidas disciplinares de caráter preventivo, dissuasor e, até mesmo punitivo, os comportamentos inadequados e impróprios de um número significativo de alunos, muitos deles casos de reincidência, proliferam na maioria das escolas do país e esta não constitui uma exceção. Perante esta constatação, surgem-nos diversas questões para as quais ainda não encontramos uma resposta devidamente justificada, nomeadamente: Quais são as causas destes comportamentos? Serão estas medidas as mais eficazes? Estarão estas medidas a ser devidamente aplicadas? Que outros caminhos poderemos seguir para dar resposta ao problema? Quais a responsabilidade dos diversos agentes educativos?

Com este trabalho de projeto empírico, pretendemos encontrar caminhos alternativos para solucionar ou minimizar este problema, através de um conhecimento e compreensão profundos desta problemática na escola.

Capítulo V – Apresentação e Análise dos Resultados

Como já referimos anteriormente, baseamos a nossa recolha de dados em dois inquéritos por questionário: um dirigido a docentes e outro dirigido a alunos. Os resultados desses questionários serão apresentados neste ponto.

O inquérito por questionário dirigido aos docentes encontra-se dividido em três secções: perfil do docente; representação do docente acerca da indisciplina e impacto da indisciplina na atividade docente.

Por sua vez, o inquérito por questionário dirigido aos alunos é constituído por duas secções: identificação e representações sobre a indisciplina.

1. Caracterização da Amostra

A nossa amostra é composta por 12 professores e 35 alunos de uma escola EB 2,3 da área metropolitana do Porto, seleccionada de forma aleatória entre a população docente e discente do 2º ciclo. Os alunos pertencem a uma turma do 5ºano e a uma turma de 6ºano.

2. Inquérito por Questionário a Docentes

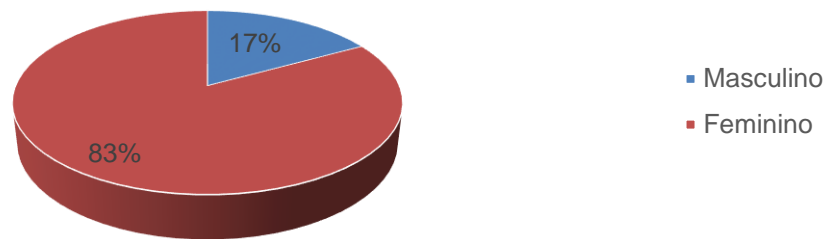
Neste ponto, apresentaremos e analisaremos os resultados dos inquéritos por questionário realizados aos docentes.

2.1. Perfil dos Docentes

Iniciamos a apresentação dos dados recolhidos através dos inquéritos por questionários, com o intuito de realizar uma caracterização da população em estudo, uma vez que as suas perspetivas e representações sobre a problemática da indisciplina podem variar consoante o perfil pessoal e profissional. Neste sentido, identificamos o sexo, a idade, a formação académica, a situação profissional e o tempo de serviço.

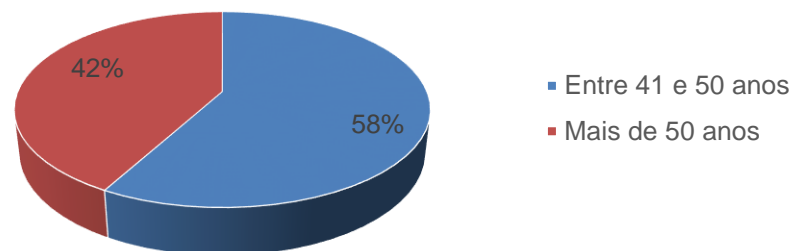
Assim, dos 12 docentes inquiridos, 2 são do sexo masculino (17%) e 10 são do sexo feminino (83%). Tal como a generalidade das escolas portuguesas, o corpo docente da escola alvo de estudo é maioritariamente feminino.

Gráfico 3: Sexo dos docentes inquiridos



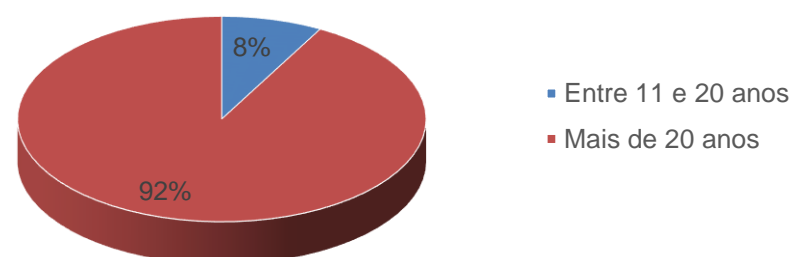
No que concerne à faixa etária dos docentes inquiridos, podemos constatar, como nos demonstra o gráfico abaixo, que ela se distribuiu de uma forma bastante homogênea, sendo que os intervalos etários onde se situam os inquiridos são os intervalos entre os 41 e 50 anos (com uma percentagem de 58%) e mais de 50 anos (com uma percentagem de 42%).

Gráfico 4: Idade dos docentes inquiridos



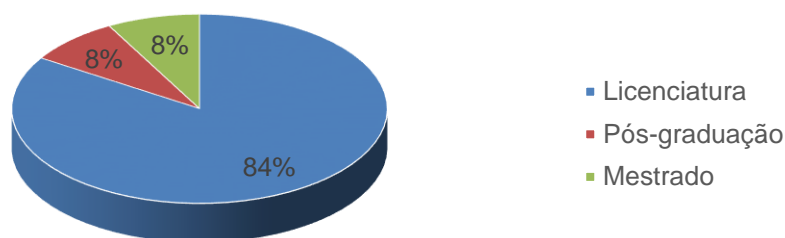
Relativamente à situação profissional dos professores inquiridos, concluímos que todos são professores do quadro e que têm uma longa experiência profissional, sendo que 92% dos inquiridos tem mais de 20 anos de serviço e os restantes 8% possuem entre 11 e 20 anos de serviço.

Gráfico 5: Tempo de serviço dos docentes inquiridos



A distribuição dos inquiridos pela formação académica revela que a maioria dos docentes inquiridos (84%) possui o grau de licenciatura, seguindo-se o mestrado e a pós-graduação, ambos com uma percentagem de 8%.

Gráfico 6: Formação académica dos docentes

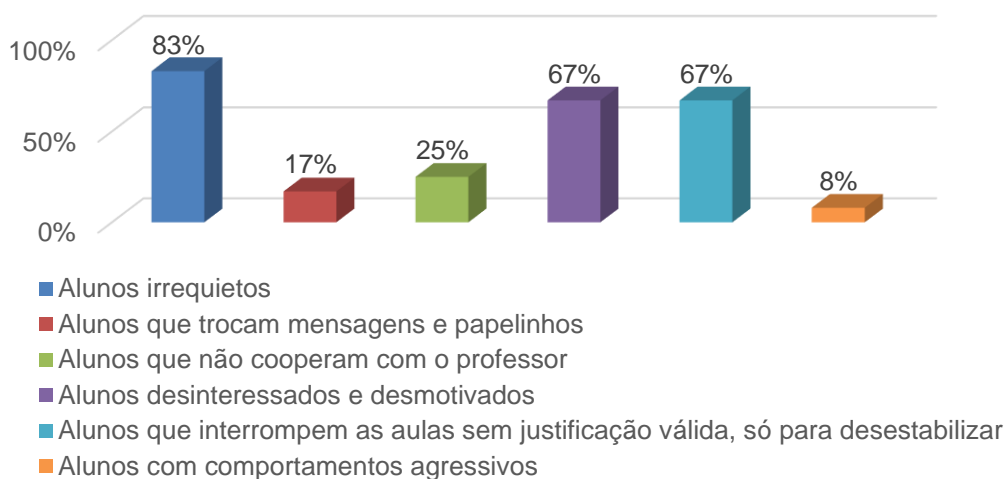


2.2. Representações dos Docentes acerca da Indisciplina

Nesta secção do inquérito por questionário, pretendemos conhecer as representações e perspetivas dos professores sobre o fenómeno da indisciplina em contexto de sala de aula.

A partir da análise dos inquéritos, apercebemo-nos que os casos mais comuns de indisciplina na sala de aula são: alunos irrequietos (83%), alunos desinteressados e desmotivados (67%) e alunos que interrompem as aulas sem justificação válida, só para desestabilizar (67%). Situações como alunos que trocam mensagens e papelinhos, alunos que não cooperam com o professor e alunos com comportamentos agressivos são os casos menos comuns de indisciplina na escola em estudo, segundo a opinião dos inquiridos.

Gráfico 7: Casos mais comuns de indisciplina



Podemos concluir que os casos mais comuns se situam no primeiro nível de indisciplina proposto por João Amado (2010), em que prevalecem comportamentos que colocam em causa as regras estabelecidas pela escola e o cumprimento das tarefas propostas, a comunicação, as deslocações, a apresentação do material necessário.

Inquiridos sobre o grau de gravidade de diferentes situações de indisciplina, os professores foram unânimes, como demonstra o quadro abaixo, a considerar como muito graves os casos de indisciplina relacionados com agressões e gozo quer a alunos, quer a professores e o desrespeito das ordens do professor. Casos como o trocar mensagens e papelinhos e fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula são considerados pelos inquiridos como situações graves. Por último, o único caso entendido pelos professores como pouco grave é o falar em voz baixa.

Quadro 6: Grau de gravidade dos diferentes tipos de indisciplina

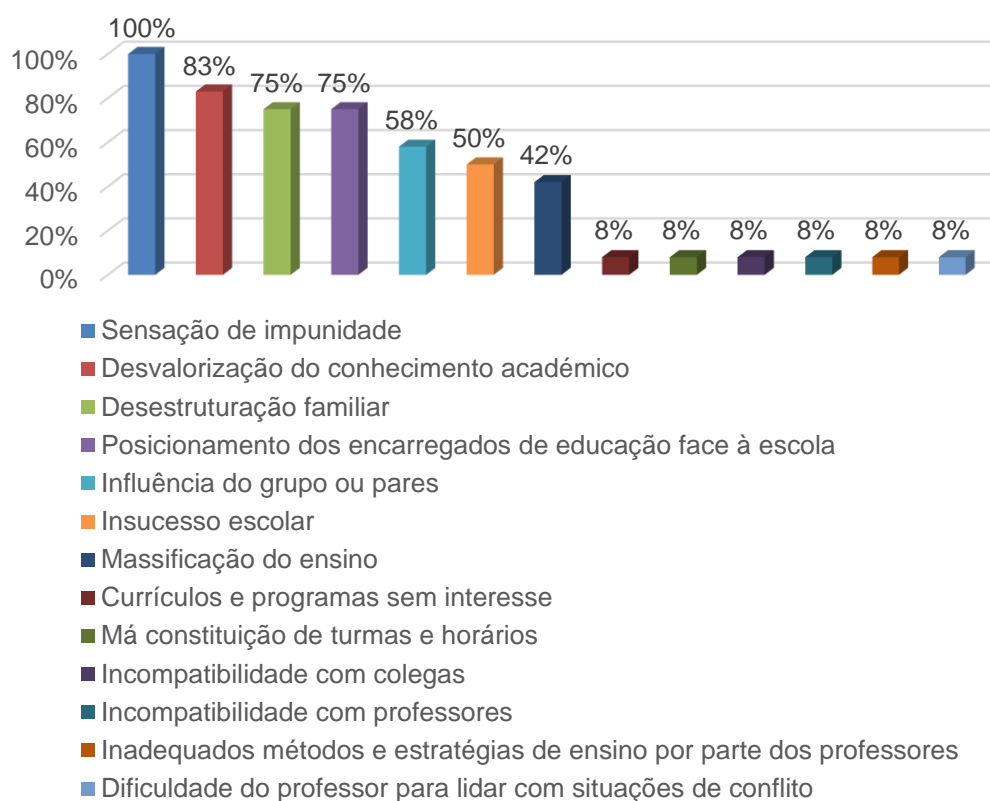
Situação	Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito Grave
Falar em voz baixa	8%	75%	17%	0%
Trocar mensagens e papelinhos	0%	33%	58%	8%
Gozar os colegas	0%	0%	25%	75%
Agredir os colegas	0%	0%	0%	100%
Fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula	0%	8%	83%	8%
Não acatar as ordens do professor	0%	0%	33%	67%
Gozar o professor	0%	0%	8%	92%
Agredir o professor	0%	0%	0%	100%

Quando questionados sobre a frequência de problemas disciplinares na escola, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nenhuma e 5 a muita, 58% dos professores selecionaram o nível 4 e 42% o nível 3. Estes resultados vêm, uma vez mais, justificar a razão da escolha da problemática da indisciplina para o desenvolvimento deste projeto de investigação.

Com o objetivo de descortinarmos aquilo que poderá estar por trás da indisciplina em contexto de sala de aula, solicitamos aos docentes inquiridos que selecionassem as cinco principais causas que, na sua opinião, motivam o aparecimento da indisciplina na sala de aula.

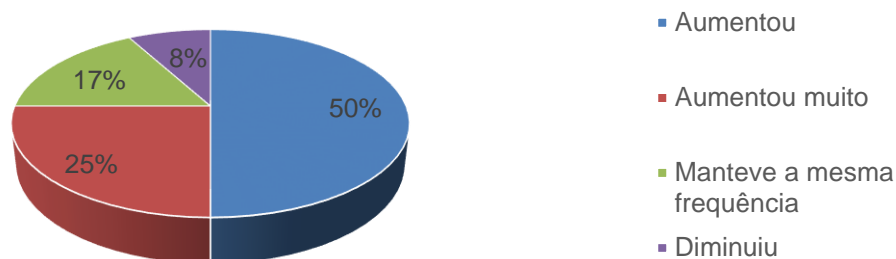
Do ponto de vista dos professores, as cinco principais causas que motivam o surgimento da indisciplina em sala de aula são: a sensação de impunidade que se vivencia na escola, a desvalorização do conhecimento académico, a desestruturação familiar; posicionamento dos encarregados de educação face à escola (permissivos, repressivos ou desinteressados) e influência do grupo ou pares. Aquilo que pouca importância parece ter a julgar pelos dados recolhidos é currículos e programas sem interesse; má constituição de turmas e horários, incompatibilidade com colegas e/ou professores, inadequados métodos e estratégias de ensino por parte dos professores e dificuldade do professor para lidar com situações de conflito. Vejamos o gráfico:

Gráfico 8: Causas da indisciplina em sala de aula



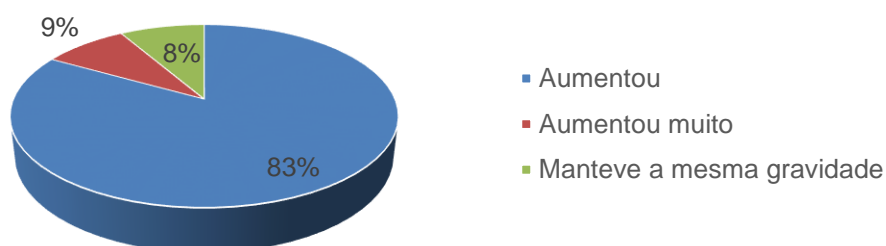
Quando questionamos os docentes sobre a evolução da indisciplina em sala de aula ao longo da carreira profissional, verificamos que 50% referiram que esta problemática aumentou; 25% mencionaram mesmo que aumentou muito; enquanto 17% indicaram que manteve a mesma frequência e 8% assinalaram que diminuiu.

Gráfico 9: Evolução da indisciplina em sala de aula



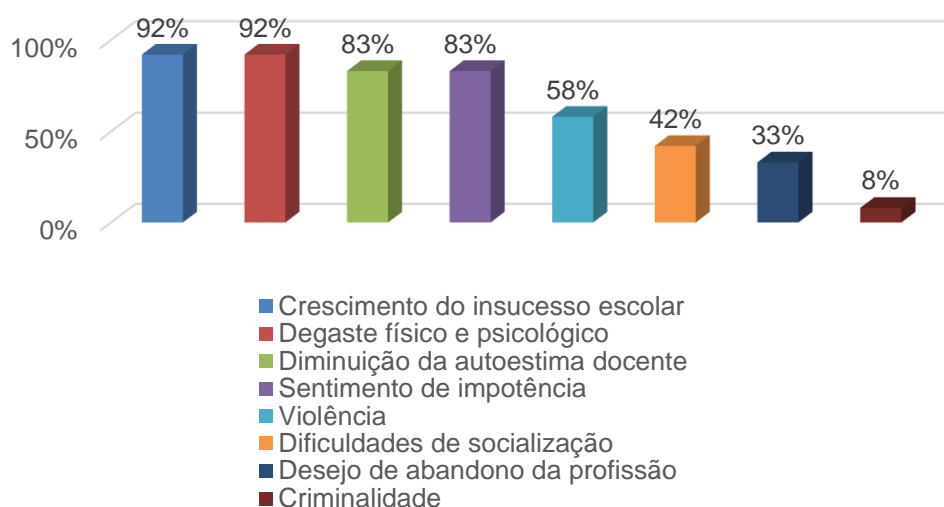
No que diz respeito à evolução do grau de gravidade das situações de indisciplina em sala de aula, 83% dos professores referiram que aumentou; 8% que manteve a mesma gravidade e 9% afirmam que aumentou muito.

Gráfico 10: Grau de gravidade das situações de indisciplina em sala de aula



No intuito de conhecer a opinião dos inquiridos sobre as consequências da indisciplina em sala de aula, pedimos-lhes que selecionassem as cinco principais consequências que, na sua opinião, são os efeitos da indisciplina em contexto de sala de aula. Assim, do ponto de vista dos professores, as cinco principais consequências da indisciplina em sala de aula são: crescimento do insucesso escolar, desgaste físico e psicológico, diminuição da autoestima docente, sentimento de impotência e violência. A partir deste dados, podemos concluir que, na opinião dos docentes, as situações de indisciplina têm um impacto grande, não só nos alunos, mas sobretudo nos docentes, transcendendo muitas vezes os limites da escola. Aquilo que pouco significado/expressão parece ter, a julgar pelos dados recolhidos, é o desejo de abandono da profissão e a criminalidade.

Gráfico 11: Consequências da indisciplina



2.3. Impacto da Indisciplina na Atividade Docente

Nesta parte do inquérito por questionário, pretendemos saber qual o impacto que as situações de indisciplina têm na atividade docente.

Através de uma análise do quadro apresentado abaixo, podemos concluir que os docentes inquiridos optam maioritariamente por estratégias com um carácter preventivo, designadamente, referir claramente as regras da sala de aula, conversar com o aluno indisciplinado, apostar na qualidade da relação pedagógica, repensar metodologias; embora também sejam utilizadas pelos docentes estratégias de carácter corretivo/punitivo, tais como: repreensão do aluno indisciplinado, participação ao encarregado de educação, diretor de turma ou direção da escola.

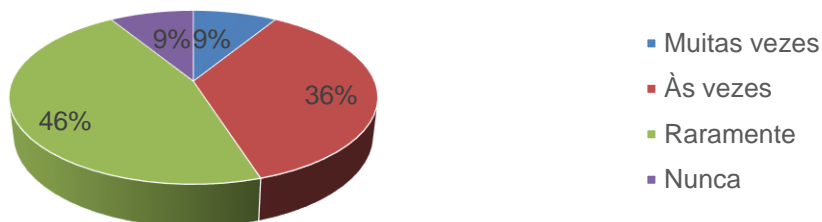
Quadro 7: Estratégias para promover a disciplina

Estratégias	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Referir claramente as regras da sala de aula	0%	8%	8%	33%	50%
Conversar com os alunos acerca do comportamento	0%	8%	25%	50%	17%
Conversar com o aluno indisciplinado no final da aula	0%	0%	33%	67%	0%
Trocar os lugares	0%	0%	58%	33%	8%
Evidenciar que quem manda é o professor	0%	8%	25%	17%	50%
Repreender diretamente o aluno indisciplinado	0%	0%	0%	58%	42%
Ameaçar o aluno indisciplinado	0%	25%	33%	25%	17%

Apostar na qualidade da relação pedagógica	0%	0%	0%	50%	50%
Participação ao encarregado de educação	0%	8%	17%	33%	42%
Participação ao diretor de turma	0%	8%	17%	33%	42%
Participação à direção da escola	8%	25%	25%	17%	17%
Ordem de saída da sala de aula	0%	33%	42%	25%	0%
Repensar metodologias	0%	0%	33%	67%	0%
Elogiar o aluno no momento de um comportamento adequado	0%	0%	8%	75%	17%

Quisemos também perceber se os docentes inquiridos se sentem incapazes para resolver ou controlar problemas disciplinares. Pela análise do gráfico seguinte, concluímos que a maioria dos professores apenas esporadicamente (raramente/às vezes) se sente incapaz para resolver/controlar os problemas disciplinares que surgem em contexto de sala de aula. Importante referir ainda que só uma minoria dos docentes refere nunca se sentir incapaz para resolver/controlar as situações de indisciplina.

Gráfico 12: Incapacidade dos docentes para resolver/controlar problemas disciplinares



Quando solicitamos aos docentes que descrevessem uma situação concreta em que não foram capazes de controlar ou resolver uma situação de indisciplina na sala de aula. As respostas foram as seguintes.

Quadro 8: Descrição de situações de indisciplina que os docentes não foram capazes de controlar ou resolver

Inquirido 1	<i>Quando um aluno agrediu outro. Apesar de a seguir tomar medidas a agressão já tinha sido.</i>
Inquirido 2	<i>Não respondeu</i>
Inquirido 3	<i>Virava as costas para escrever no quadro e surgiam uns ruídos estranhos. Interpelava os alunos e ninguém se acusava...e a brincadeira prolongou-se por mais algumas aulas.</i>
Inquirido 4	<i>O aluno que nunca traz material para a aula e fala alto quando lhe apetece não acatando a ordem do professor. Só há uma solução convidá-lo a sair da sala.</i>

Inquirido 5	<i>Numa turma com currículo alternativo em que quase nunca consegui dar uma aula completa devido à constante indisciplina dos sete alunos que a compunham e ao seu desinteresse pela escola.</i>
Inquirido 6	<i>Não respondeu</i>
Inquirido 7	<i>Não tenho. Controlei todos os casos de que me lembro.</i>
Inquirido 8	<i>Um aluno de etnia cigana, a cantar em voz alta e a responder através do seu dialeto; mesmo chamado à atenção não se calava, perturbando o bom funcionamento da aula.</i>
Inquirido 9	<i>É extremamente difícil controlar a conversa e o desinteresse da turma, já que a maioria dos alunos da turma tem interesses divergentes dos escolares.</i>
Inquirido 10	<i>Aluna de etnia cigana que se negou a obedecer à ordem de saída da sala de aula.</i>
Inquirido 11	<i>Alunos que entram na sala a agredir-se.</i>
Inquirido 12	<i>Felizmente não tenho nenhum caso a relatar.</i>

A partir da análise do quadro anterior, podemos constatar que a maioria das situações de indisciplina descritas pelos docentes inquiridos está relacionada com comportamentos que perturbam o normal funcionamento das aulas, designadamente, a emissão de ruídos não identificáveis para os professores, a ausência de material, o desacato das ordens do professor, as conversas paralelas, o cantar ou falar em voz alta numa atitude de desafio da autoridade docente. Embora em menor número, alguns professores referem situações de agressões físicas entre alunos. Há ainda uma minoria de inquiridos que mencionam que nunca se sentiram incapazes de controlar qualquer situação de indisciplina.

Solicitamos ainda aos docentes que descrevessem uma situação concreta em que foram capazes de controlar ou resolver uma situação de indisciplina na sala de aula. As respostas foram as seguintes.

Quadro 9: Descrições de situações de indisciplina que os docentes foram capazes de controlar ou resolver

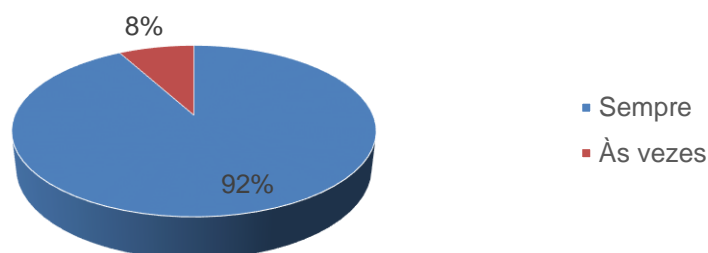
Inquirido 1	<i>Um aluno resolveu afirmar que me desobedeceria mas acabou por me obedecer.</i>
Inquirido 2	<i>Chamei o aluno indisciplinado ao corredor, mostrei-lhe autoridade e convenci-o de que não tinha nada a ganhar se continuasse a ser insolente.</i>
Inquirido 3	<i>O aluno agrediu verbalmente a professora. Foi chamada a direção, fez-se a respetiva participação disciplinar, o encarregado de educação foi chamado à escola e passou a acompanhar o seu educando de forma mais eficaz e ativa.</i>
Inquirido 4	<i>O aluno que atira uma borracha ao colega. Após a chamada de atenção para a sua atitude incorreta e comunicada ao EE via caderneta, não o volta a fazer.</i>
Inquirido 5	<i>Várias.</i>

Inquirido 6	<i>Não respondeu</i>
Inquirido 7	<i>Procuro ser sempre muito assertiva, objetiva e segura nas minhas atitudes. Tento resolver os problemas no momento em que acontecem e faço a participação imediata ao encarregado de educação.</i>
Inquirido 8	<i>Alunos a trocarem mensagens, durante a aula, chamei-os à atenção, mas não resultou. Falei individualmente com cada um e a situação melhorou.</i>
Inquirido 9	<i>Dois alunos que gozavam sistematicamente com um colega foram chamados à atenção e após comunicação pela caderneta da situação aos pais e diálogo do professor com estes solicitando que lhes retirassem alguma coisa de que os filhos gostassem (bicicleta, TV, consola de jogos ...) corrigiram em parte o seu comportamento.</i>
Inquirido 10	<i>Burburinho ensurdecedor, bati com o livro de ponto na mesa</i>
Inquirido 11	<i>Não respondeu</i>
Inquirido 12	<i>Lembro de um dia um aluno se sentir injustiçado pelo fato de eu lhe ter anulado o teste quando o vi a copiar. Saiu da sala de aula muito nervoso e bateu com a porta. Sai e obriguei-o a entrar na sala de aula a pedir desculpa ao professor e aos colegas pelo ato e expliquei-lhe, em frente à turma que o erro foi dele. Posteriormente o encarregado de educação foi avisado e percebeu os factos.</i>

A maioria das situações descritas pelos professores inquiridos tem a sua tónica na assertividade do professor, nos diálogos estabelecidos entre professores e alunos e professores e encarregados de educação, passando também pela responsabilização dos próprios alunos e dos encarregados de educação.

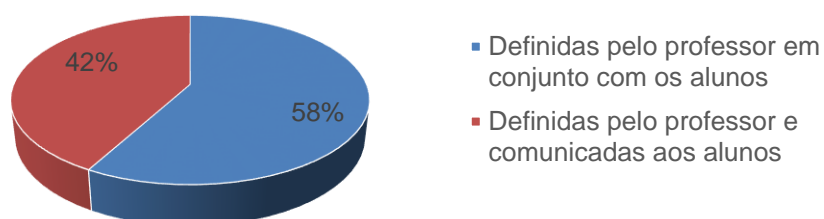
Quando procuramos saber se os docentes definiam as regras da sala de aula nas primeiras aulas a esmagadora maioria respondeu que “sempre”. Vejamos o gráfico:

Gráfico 13: Definição de regras de sala de aula nas primeiras aulas



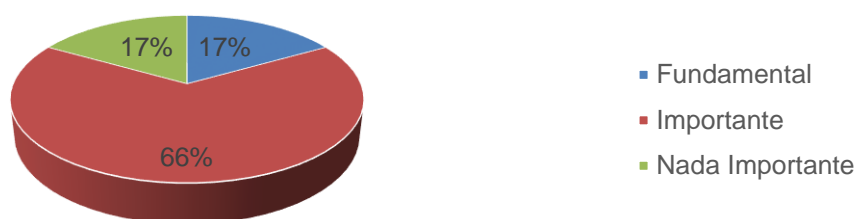
Questionados sobre a forma como eram definidas as regras da sala de aula, 58% dos docentes afirmam que as mesmas são definidas pelos professores em conjunto com os alunos e 42% declaram que são definidas unicamente pelo professor e comunicadas aos alunos.

Gráfico 14: Definição de regras de sala de aula



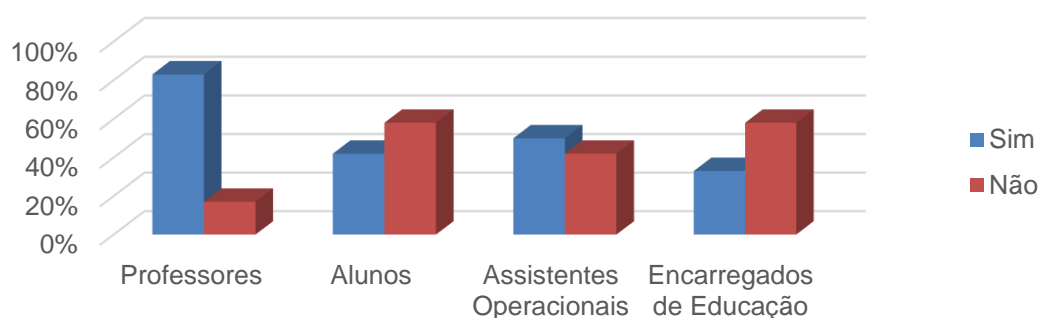
Uma vez inquiridos sobre a importância do regulamento interno para a construção da disciplina escolar, verificamos que 66% dos docentes consideram este documento importante, 17% fundamental e também 17% nada importante.

Gráfico 15: Importância do Regulamento Interno



Pretendemos também conhecer as percepções dos docentes em relação ao conhecimento do regulamento interno por parte dos diferentes agentes educação. Segundo a opinião dos professores questionados, apenas a classe docente tem um conhecimento satisfatório do regulamento interno. Senão vejamos:

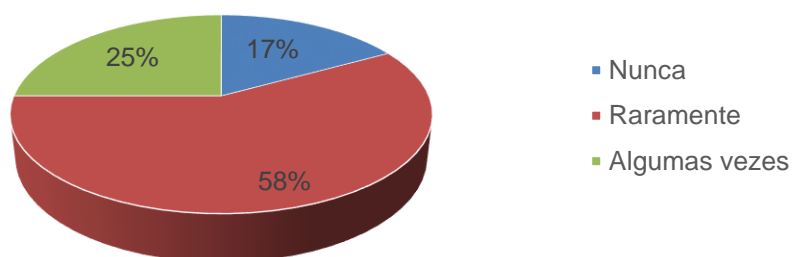
Gráfico 16: Conhecimento do Regulamento Interno



Questionados sobre a realização de atividades que visem a promoção da disciplina, verificamos que 58% dos professores consideram que raramente se realizam atividades que visem o combate à indisciplina na escola, 25% afirmam que as mesmas

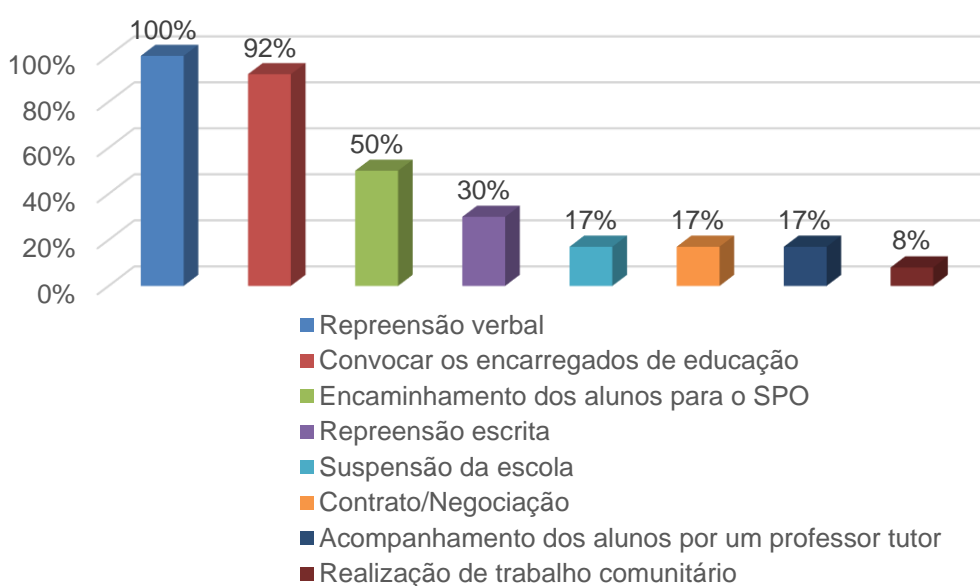
se fazem algumas vezes e 17% consideram que a escola nunca promove ações de combate à indisciplina. Denotamos, assim, que existe uma falta de atividades/ações que promovam a construção de um clima de escola saudável caracterizado pela disciplina.

Gráfico 17: Realização de atividades de promoção da disciplina



Quando questionamos os docentes sobre as principais medidas tomadas pela escola nos casos de indisciplina em sala de aula, todos os professores referiram a repreensão verbal, seguida da convocação dos encarregados de educação; encaminhamento dos alunos para o SPO; repreensão escrita; suspensão da escola; contrato negociação; acompanhamento dos alunos por um professor tutor e, por último, a realização de trabalho comunitário. Concluimos que, na escola, as medidas sancionatórias de carácter mais punitivo, como por exemplo a suspensão da escola ou a realização de trabalho comunitário, têm uma menor incidência.

Gráfico 18: Medidas mais adotadas pela escola nos casos de indisciplina em sala da aula



Questionados sobre a adequação das medidas adotadas pela escola nos casos de indisciplina, os docentes deram as respostas transcritas no quadro seguinte.

Quadro 10: Adequação das medidas adotadas pela escola nos casos de indisciplina

Inquirido 1	<i>Sim, como primeiras medidas.</i>
Inquirido 2	<i>A escola é muito tolerante</i>
Inquirido 3	<i>Não, visto que os alunos não manifestam progressos na sua postura quer na sala de aula, quer nos espaços lúdicos da escola.</i>
Inquirido 4	<i>Não, desvaloriza-se muito a falta de educação dos alunos.</i>
Inquirido 5	<i>Acho que não. São pouco eficazes e a suspensão raramente é aplicada.</i>
Inquirido 6	<i>Não respondeu</i>
Inquirido 7	<i>Insuficientes. Há um sentimento generalizado de impunidade.</i>
Inquirido 8	<i>Nem sempre. As medidas adotadas nem sempre são as mais eficazes, pois os alunos punidos repetem os atos.</i>
Inquirido 9	<i>Não. Advogo uma maior aplicação da pena de suspensão, que nem sempre funcionando como correção do próprio aluno prevaricador, pode resultar como exemplo para os colegas da turma.</i>
Inquirido 10	<i>Não. A burocracia exigida inibe a aplicação de medidas corretivas.</i>
Inquirido 11	<i>Devia haver uma maior intervenção da direção em casos de indisciplina considerados graves ou muito graves.</i>
Inquirido 12	<i>Por vezes não, pois os alunos são reincidentes nos seus comportamentos. Precisavam de ser mais severas.</i>

Analisando o quadro apresentado, podemos concluir que, na opinião dos professores inquiridos, as medidas adotadas pela escola nos casos de indisciplina são pouco adequadas. Desta forma, percebemos que a escola é bastante tolerante e permissiva em relação aos problemas disciplinares, prevalecendo um “sentimento generalizado de impunidade”. Os docentes referem ainda a necessidade da adoção de medidas disciplinares mais severas, nomeadamente a suspensão da escola, sobretudo nos casos considerados graves ou muito graves e também uma “maior intervenção da direção em casos de indisciplina”.

Por último, os docentes foram desafiados a apresentar estratégias para reduzir o número de casos de indisciplina, as quais são sintetizadas no seguinte quadro:

Quadro 11: Estratégias dos docentes para reduzir os casos de indisciplina

Inquirido 1	<i>"Exclusão social", um dos métodos mais antigos das sociedades humanas. Por exemplo, atividades atrativas expressamente interditas a casos de mau comportamento, como clubes, festejos, visitas de estudo, etc.</i>
Inquirido 2	<i>Pôr em prática o novo estatuto do aluno que ainda não está em vigor na escola.</i>
Inquirido 3	<i>Os alunos indisciplinados deveriam ser retirados da sala de aula e colocados numa outra sala com um professor tutor. Nesse espaço, realizariam atividades propostas por cada uma das disciplinas até adquirirem a postura correta para regressar à sala de aula.</i>
Inquirido 4	<i>Não justificar tanto a indisciplina com a falta de apoio familiar.</i>
Inquirido 5	<i>Suspensão imediata e, em casos graves, eventual transferência de escola.</i>
Inquirido 6	<i>Não respondeu</i>
Inquirido 7	<i>Em tempo útil proceder a penalizações aos alunos incumpridores.</i>
Inquirido 8	<i>Realização de trabalho comunitário, e em situações mais graves, transferência de turma e/ou escola.</i>
Inquirido 9	<i>Retirar os intervalos aos alunos, bem como a possibilidade de participação em visitas de estudo e atividades do desporto escolar, embora para isso tivesse que ser alterada a lei geral.</i>
Inquirido 10	<i>Mais agilidade na ação disciplinar.</i>
Inquirido 11	<i>Cumprir a lei</i>
Inquirido 12	<i>As estratégias passavam pelos elementos da direção circularem pela escola e exercer a autoridade; quando houver matéria para um processo disciplinar, não hesitar em desencadeá-lo; Serem exigentes no cumprimento das regras e chamar, de imediato à atenção quem não as cumpriu.</i>

Através da análise do quadro apresentado, podemos concluir que, do ponto de vista dos docentes, a redução do número de casos de indisciplina passa por um maior rigor no tratamento que se dá a essas situações e por sanções mais severas para os alunos "incumpridores". Os docentes referem ainda a necessidade de haver maior rigor e agilidade e menos tolerância por parte da direção no tratamento dos problemas disciplinares.

3. Inquérito por Questionário a Alunos

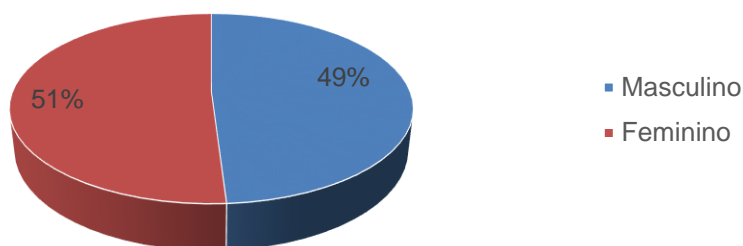
Neste ponto, apresentaremos e analisaremos os resultados dos inquéritos por questionário realizados aos alunos.

3.1. Perfil dos Alunos

Iniciamos a apresentação dos dados recolhidos através dos inquéritos por questionários com a realização da caracterização dos discentes inquiridos, uma vez que as suas perspetivas e representações sobre a problemática da indisciplina podem variar consoante o ano de escolaridade, o sexo e a idade.

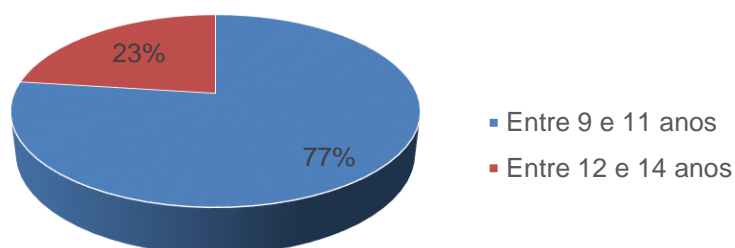
Assim, dos 35 alunos inquiridos, 17 são do sexo masculino (49%) e 18 são do sexo feminino (51%).

Gráfico 19: Sexo dos alunos inquiridos



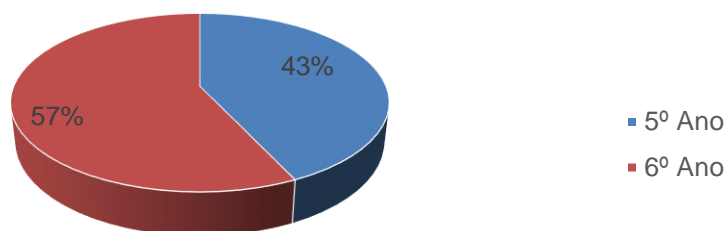
No que concerne à idade dos alunos inquiridos, concluímos que 77% tem idade compreendida entre os 9 e 11 anos e 23% entre os 12 e 14 anos.

Gráfico 20: Idade dos alunos inquiridos



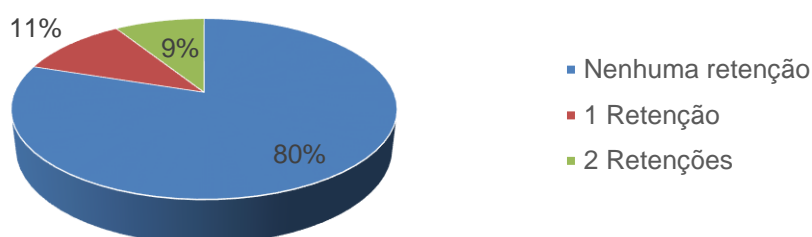
Relativamente ao ano de escolaridade frequentado pelos discentes inquiridos, constamos que 43% frequenta o 5ºano e 57% o 6ºano.

Gráfico 21: Ano de escolaridade frequentado pelos alunos inquiridos



Ainda no âmbito do perfil dos alunos inquiridos, questionamo-los sobre o número de retenções no decorrer do seu percurso escolar, constatando-se que, como comprova o gráfico seguinte, a grande maioria (80%) não apresenta qualquer retenção até ao presente ano letivo, 11% apresenta uma retenção e 9% duas retenções. Concluimos, assim, que a maioria dos discentes fez o seu percurso académico com normalidade.

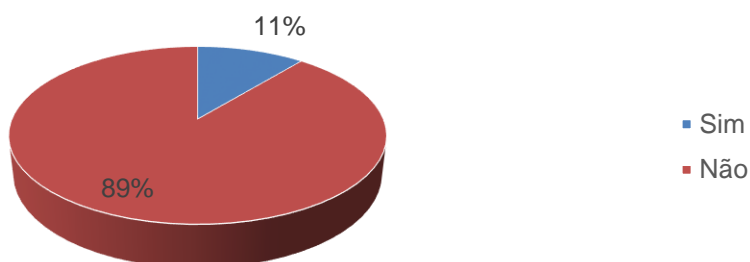
Gráfico 22: Número de retenções dos alunos inquiridos



3.2. Representações dos Alunos acerca da Indisciplina

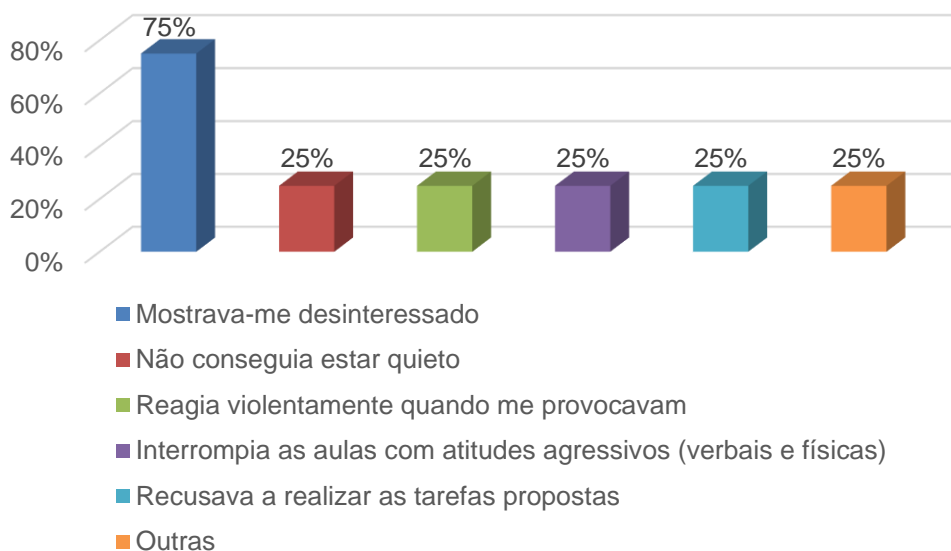
Nesta secção do inquérito por questionário, pretendemos conhecer as representações e perspetivas que os alunos têm sobre o fenómeno da indisciplina em contexto de sala de aula. Quando questionados sobre se alguma vez foram alvo de participações disciplinares, apenas 11% afirma que sim.

Gráfico 23: Alunos alvo de participações disciplinares



Os alunos que responderam afirmativamente à questão anterior referiram como motivos para essas participações o seu desinteresse, a sua irrequietude, as suas reações violentas quando provocados, a interrupção das aulas com atitudes agressivas e a recusa da realização das tarefas propostas.

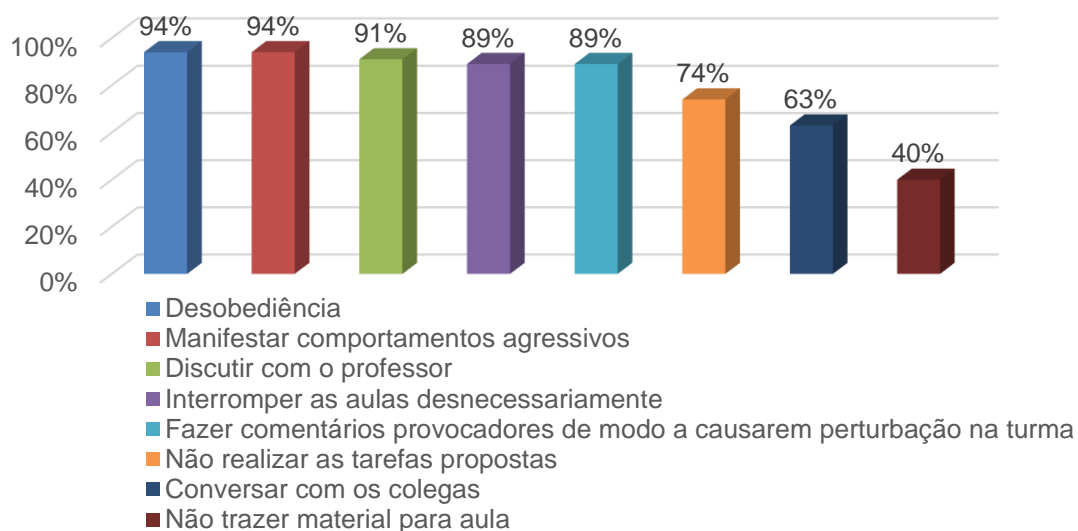
Gráfico 24: Motivos para as participações disciplinares



Mais uma vez, podemos constatar que os principais motivos das participações disciplinares situam-se no primeiro nível de indisciplina proposto por João Amado (2010), no qual prevalecem comportamentos que colocam em causa as regras estabelecidas pela escola, o cumprimento das tarefas propostas e a comunicação.

Inquiridos sobre o significado de indisciplina em sala de aula, os alunos caracterizam como formas de indisciplina as seguintes situações:

Gráfico 25: Significado de indisciplina



Analisando o gráfico anterior, podemos concluir que as situações que os alunos mais identificam como casos de indisciplina estão relacionadas com o desrespeito pela autoridade dos professores e comportamentos agressivos.

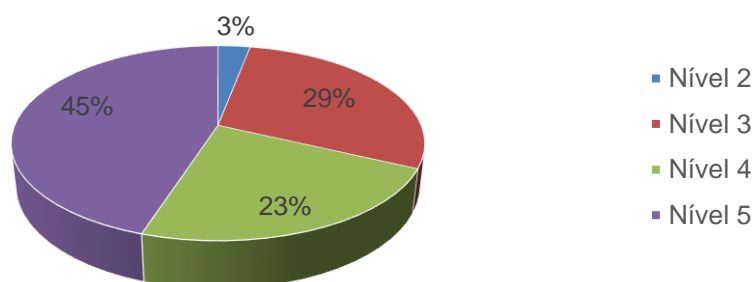
Quando questionados sobre o grau de gravidade de diferentes situações de indisciplina, os alunos consideraram, como demonstra o quadro seguinte, como muito graves os casos de indisciplina relacionados com agressões quer a alunos, quer a professores e com o gozo a professores. Casos como o trocar mensagens e papelinhos, gozar os colegas e o desrespeito das ordens do professor são considerados pelos inquiridos como situações graves. Os únicos casos entendidos pelos alunos como pouco grave são fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula e falar em voz baixa.

Quadro 12: Grau de gravidade dos diferentes tipos de indisciplina

Situação	Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito Grave
Falar em voz baixa	46%	46%	6%	3%
Trocar mensagens e papelinhos	3%	29%	54%	14%
Gozar os colegas	3%	14%	46%	37%
Agredir os colegas	0%	0%	20%	80%
Fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula	17%	37%	40%	6%
Não acatar as ordens do professor	6%	9%	57%	29%
Gozar o professor	0%	3%	11%	86%
Agredir o professor	0%	3%	3%	94%

Questionados sobre a frequência de problemas disciplinares na escola, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nenhuma e 5 a muita, 45% dos alunos selecionaram o nível 5, 29% o nível 3, 23% o nível 4 e 3% o nível 2.

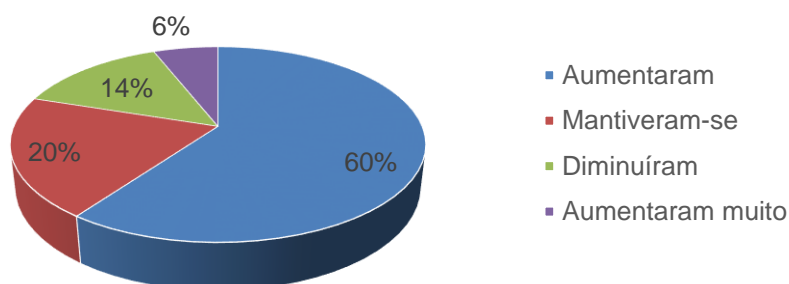
Gráfico 26: Frequência de problemas disciplinares



Estes resultados vêm, uma vez mais, justificar a razão da escolha desta problemática para este projeto.

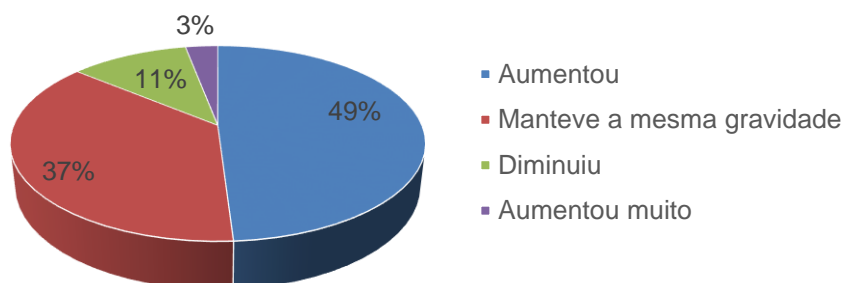
Inquiridos sobre a evolução das situações de indisciplina em sala de aula ao longo do seu percurso escolar, verificamos que 60% referiram que estas situações aumentaram; 20% mencionaram que se mantiveram; 14% assinalaram que diminuíram e 6% mencionaram mesmo que aumentaram muito.

Gráfico 27: Evolução das situações de indisciplina em sala de aula



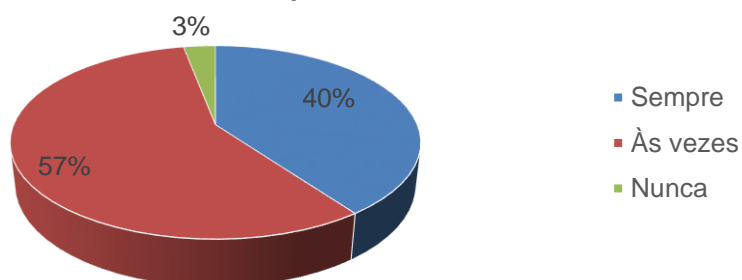
No que diz respeito à evolução do grau de gravidade das situações de indisciplina em sala de aula, 49% dos alunos referiram que aumentou; 37% que manteve a mesma gravidade, 11% que diminuiu e 3% afirmam que aumentou muito.

Gráfico 28: Evolução da gravidade das situações de indisciplina em sala de aula



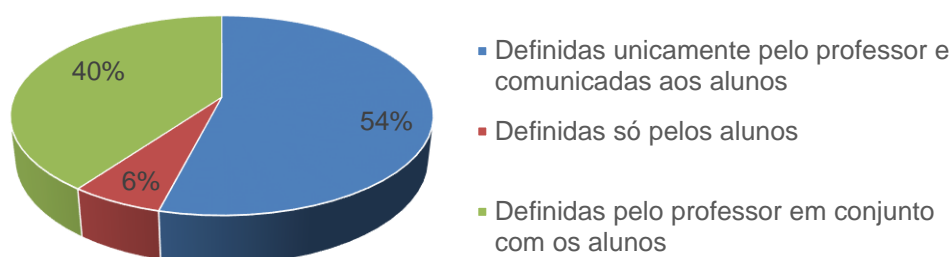
Quando procuramos saber se se definiam as regras da sala de aula nas primeiras aulas, 57% dos alunos respondeu que “às vezes”, 40% afirmou que “sempre” e 3% referiu que “nunca”.

Gráfico 29: Definição das regras da sala de aula nas primeiras aulas



Questionados sobre a forma como são definidas as regras da sala de aula, 54% dos alunos afirmam que as mesmas são definidas unicamente pelo professor e comunicadas aos alunos, 40% declaram que são definidas pelos professores em conjunto com os alunos e 6% referem que são definidas apenas pelos alunos.

Gráfico 30: Definição das regras da sala de aula



Quisemos, por último, saber que estratégias os alunos propunham à direção da escola para resolver os problemas relacionados com a indisciplina em sala de aula. Apresentamos, no quadro que se segue, as respostas dadas pelos alunos inquiridos.

Quadro 13: Estratégias dos alunos para reduzir os casos de indisciplina

Inquirido 1	<i>Castigos mais severos, dependente da situação; falar com o aluno sobre o que aconteceu para que não repita o seu ato.</i>
Inquirido 2	<i>Tentar compreender os alunos indisciplinados.</i>
Inquirido 3	<i>Eu sugeria à escola que os professores fossem um bocadinho mais rigorosos para que os alunos não sejam mais mal-educados.</i>
Inquirido 4	<i>Castigos que se sabe que os alunos não gostam; comunicação urgente aos pais do aluno, não dar segundas oportunidades.</i>
Inquirido 5	<i>Os professores deviam ser mais severos com esses alunos, deviam castigá-los muito mais, chamando os pais à escola e, se for o caso, poder expulsá-los.</i>
Inquirido 6	<i>Haver mais câmaras de segurança, principalmente nas salas de aulas.</i>
Inquirido 7	<i>Haver mais câmaras de segurança, principalmente nas salas de aulas.</i>
Inquirido 8	<i>Castigos mais exigentes.</i>
Inquirido 9	<i>Tentar acalmar o aluno.</i>
Inquirido 10	<i>Mais castigos, câmaras nas salas.</i>
Inquirido 11	<i>Melhores computadores, a biblioteca ter mais livros.</i>
Inquirido 12	<i>Sugeria algumas câmaras dentro das salas de aulas e também que os professores dessem mais castigos.</i>

Inquirido 13	<i>Quem é indisciplinado devia levar castigos.</i>
Inquirido 14	<i>Como aluna, eu sugeria à direção que ficassem na sala do aluno o resto da aula, ligar aos pais a comunicar o que se sucedeu e, dependendo da gravidade, suspensão ou os pais virem à escola buscar os alunos.</i>
Inquirido 15	<i>Como aluna, eu sugeria à direção que o aluno ficasse na sala do aluno e depois ligassem aos pais para o virem buscar.</i>
Inquirido 16	<i>Como aluno, sugiro que, quando os alunos se portam mal, se apliquem mais castigos.</i>
Inquirido 17	<i>Colocar os maus alunos de castigo e telefonar aos pais até que eles se portem melhor.</i>
Inquirido 18	<i>Castigos mais exigentes.</i>
Inquirido 19	<i>Castigos mais exigentes.</i>
Inquirido 20	<i>Eu como aluno sugeria para reduzir a nenhuma.</i>
Inquirido 21	<i>Castigando os alunos que se portam mal. Pondo-os fora da sala e mandando-lhes recados na caderneta.</i>
Inquirido 22	<i>Menos alunos a portarem-se e menos participações disciplinares.</i>
Inquirido 23	<i>Mandar o aluno para casa e levar 10 faltas disciplinares.</i>
Inquirido 24	<i>Acho que a direção devia pregar um susto aos meninos e mandá-los 3 ou 4 dias para casa ou mandá-los para o centro de menores.</i>
Inquirido 25	<i>Eu sugeria que a direção devia mandar os alunos que se portam mal 3 dias para casa e podia ser que os outros meninos e os que foram para casa aprendessem a portarem-se bem. E, se mesmo assim não se portassem bem, iam para o centro de menores.</i>
Inquirido 26	<i>Se não for muito grave, dar oportunidade e castigos. Se for muito grave, ligar aos seus encarregados de educação e tomar a medida de transferir o aluno para outra escola.</i>
Inquirido 27	<i>Eu em caso de processo escolar, mandava a direção tirar os alunos da escola.</i>
Inquirido 28	<i>Meter faltas disciplinares e ficar suspensos.</i>
Inquirido 29	<i>Encaminhar os alunos para a sala do aluno com recado na caderneta ou ficar fora da sala até que a aula acabe.</i>
Inquirido 30	<i>Ao primeiro barulho, marcar falta disciplinar, mandar recados na caderneta, mandar para a rua e chamar os encarregados de educação e explicar a situação.</i>
Inquirido 31	<i>"Diminuir as turmas. Ter castigos mais severos."</i>
Inquirido 32	<i>Respeitar as regras da escola, os professores e não estragar o material da escola.</i>
Inquirido 33	<i>Câmaras na sala de aula.</i>
Inquirido 34	<i>Mais castigos e suspensões.</i>
Inquirido 35	<i>Os professores chamarem várias vezes os alunos à atenção e mandar para o gabinete do aluno.</i>

Pela análise e interpretação destas respostas, podemos concluir que, excetuando alguns casos de alunos que não interpretaram corretamente a pergunta (inquiridos 11, 20, 22, 33), a grande maioria dos alunos reclama para o “combate” à indisciplina atuações mais severas por parte da escola, designadamente referem muitas

vezes a aplicação da suspensão como castigo. Além disso, defendem ainda menos condescendência para com os alunos indisciplinados e atitudes imediatas e assertivas, sem contemplações.

Podemos também depreender destas respostas, que, na escola, existe um generalizado sentimento de impunidade. Assim sendo, se a grande maioria dos alunos propõe “castigos mas severos” para colmatar os problemas de ordem disciplinar é porque considera que as medidas aplicadas pela escola não têm sido suficientes para travar os comportamentos indisciplinados.

PARTE III - PLANO DE AÇÃO

Nesta parte do projeto, iremos apresentar um plano de ação que visa “atacar” e resolver o problema da indisciplina em contexto de sala de aula, para que os problemas comportamentais dos alunos deixem de ser um constrangimento à eficácia do trabalho docente e, simultaneamente, um fator promotor de insucesso escolar e diminuição da autoestima dos docentes.

1. Nota Introdutória

Mediante o conhecimento da realidade escolar relativamente à problemática da indisciplina através do estudo e interpretação de documentos (PE, RI e relatórios) e dos inquéritos por questionário aplicados a professores e alunos, concluímos que, para agir no sentido de “combater” ou, pelo menos, minimizar a indisciplina nas turmas do 2º ciclo e as suas consequências, seriam necessárias diversas ações que atuariam sob diferentes frentes do problema.

Essas ações passariam:

- Pela alteração da disposição espacial da sala de aula, isto é, substituir a disposição tradicional das salas em filas por uma disposição das carteiras em U, permitindo, assim, uma maior interação e proximidade entre professor e alunos e, ao mesmo tempo, um maior controle dos alunos por parte do professor, o que facilita a atuação do docente perante situações de indisciplina.
- Pela participação dos alunos na elaboração das normas e regras de conduta escolar (a maioria dos professores e alunos inquiridos respondem que as regras de sala de aula são definidas unicamente pelo professor). Considerando que, quando se participa ativamente na elaboração de códigos de conduta, mais facilmente se cumprem as regras.
- Pela criação de um programa de tutoria cujo objetivo primordial seja o acompanhamento e a integração dos alunos “problemáticos”, uma vez que duas das causas mais apresentadas pelos docentes inquiridos para a indisciplina é a desestruturação familiar e o posicionamento dos encarregados de educação face à escola.
- Pela promoção de espaços de discussão e debate para toda a comunidade educativa sobre os temas de indisciplina, clima de escola e cidadania, de modo a facilitar a partilha de experiências e soluções para esta problemática e, simultaneamente, promover o espírito de equipa.

- Pela criação de um observatório da indisciplina formado por um grupo de trabalho compostos por docentes e não docentes. Este observatório teria como objetivos a realização da caracterização da indisciplina na escola; o levantamento das situações de indisciplina e o seu tratamento estatístico, tentando encontrar indicadores que permitam a interpretação do fenómeno; a análise das soluções adotadas para ultrapassar os problemas da indisciplina e os seus resultados; a criação de mecanismos que permitam a monitorização dos casos de indisciplina; a divulgação das boas práticas e o apoio à comunidade educativa na seleção e implementação de medidas de combate à indisciplina.

- Pela realização de formação sobre indisciplina e gestão de conflitos, de modo a desenvolver no pessoal docente e não docente competências que lhes permitissem atuar de forma mais assertiva e eficaz perante os comportamentos inadequados dos alunos.

Tendo em consideração o contexto em estudo, pensamos que todas as ações elencadas anteriormente são exequíveis. Contudo, para que isso fosse possível, seria necessário tempo, empenho e dedicação da parte dos diferentes agentes educativos e um sentido de parceria entre os mesmos.

Dada a impossibilidade de projetar todas as ações aqui mencionadas e atendendo às características da problemática da indisciplina evidenciadas no estudo empírico efetuado, optaremos por apresentar um programa tutoria intitulado “Tu consegues fazer melhor!”, o qual tem como objetivo primordial a integração dos alunos “indisciplinados” na comunidade educativa, desenvolvendo neles atitudes e comportamentos corretos em relação à escola, aos professores e aos seus pares, de modo a poderem acompanhar as aprendizagens dos outros alunos. Na nossa ótica, este programa afigura-se como a solução mais adequada para fazer face às causas que estão por trás dos comportamentos disruptivos de alunos da escola. Além disso, convém referir que a escola, não possui ainda nenhum plano de ação oficial deste género com a devida planificação da sua operacionalização.

2. Objetivos Gerais

Globalmente, o programa de tutoria “Tu consegues fazer melhor!” pretende diminuir os fatores de riscos e desenvolver os fatores de proteção dos alunos considerados problemáticos no que concerne às suas condutas pessoais e sociais, potencializando o seu bem-estar e a sua adaptação às exigências sociais e académicas da escola onde se encontram inseridos. Assim sendo, estabelecemos para este programa os seguintes objetivos:

- Promover a integração dos alunos que manifestem comportamentos de indisciplina na sala de aula.
- Apostar na educação para a cidadania como estratégias na redução da indisciplina.
- Desenvolver nos alunos competências sociais (responsabilidade, autonomia, respeito pelos outros), promovendo o seu desenvolvimento integral enquanto seres humanos.
- Contribuir para a valorização da imagem do aluno perante si, os colegas e os professores, promovendo situações de reconhecimento do erro e de autocrítica.
- Orientar pessoalmente os alunos de acordo com os princípios da individualização.
- Orientar o processo evolutivo de aprendizagem dos alunos.
- Promover a cooperação entre os diferentes agentes e serviços educativos, designadamente o SPO e CPCJ.

3. Enquadramento Organizacional

3.1. Conselho de Tutoria

Este conselho é composto por todos os professores tutores do agrupamento. O mesmo será presidido por um coordenador eleito entre os seus pares. Ao conselho de tutoria são atribuídas as seguintes funções:

- Assegurar a articulação e uniformização de procedimentos a adotar na ação tutorial.
- Propor e planificar a forma de atuação junto dos alunos, encarregado de educação, professores e assistentes operacionais

Para dar cumprimento às suas funções, o conselho de tutores reunirá no início do ano letivo, no final de cada período e, extraordinariamente, sempre que se justifique.

3.2. Tempo atribuído à Ação Tutorial

A cada professor tutor serão atribuídos dois blocos de 45 minutos semanais, um da sua componente letiva e outro da componente não letiva, para acompanhamento dos alunos tutorados. Além disso, o professor tutor terá 90 minutos semanais da sua componente não letiva, para organizar e planificar as ações/tarefas do programa de tutoria.

3.3. Número de Alunos Tutorados por Professor Tutor

O número máximo de alunos tutorados por professor tutor será dois. Nessa atribuição dever-se-á ter em consideração não só o perfil dos alunos, mas também o perfil dos professores tutores. O professor tutor não deverá ter, cumulativamente, o cargo de diretor de turma.

4. Papéis dos Intervenientes no Programa de Tutoria

Este programa envolve toda a comunidade educativa e não apenas os alunos considerados indisciplinados, uma vez que é fundamental uma ação concertada de todos os membros que constituem a organização educativa. Assim sendo, um projeto como este só fará sentido com o envolvimento efetivo de todos os membros da comunidade escolar. Assim sendo, torna-se imprescindível definir-se o papel que cada um deverá desempenhar, isto é, as obrigações e os comportamentos exetáveis de cada membro.

4.1. Definição Geral do Papel dos Intervenientes

Para melhor definirmos o papel de cada membro da comunidade educativa, de seguida, apresentamos um quadro síntese com o que se espera de cada um desses membros.

Quadro 9 – Definição Geral dos Papéis dos Membros da Comunidade Educativa

Direção	<ul style="list-style-type: none"> • Criar as condições necessárias para garantir a segurança, a tranquilidade e a disciplina essenciais ao processo de ensino-aprendizagem e à construção de bom clima de escola. • Fazer a divulgação do RI junto dos diversos membros da comunidade educativa. • Promover a divulgação e a implementação do programa “Tu consegues fazer melhor!”. • Tomar as decisões finais nos casos de comportamentos inadequados de maior gravidade, assumindo sempre uma postura de rigor e assertividade, evitando assim qualquer sensação de impunidade.
Docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de um ambiente propício e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, onde esteja garantida a ordem e a disciplina nas atividades escolares. • Cumprir e fazer cumprir as normas e regras de conduta estabelecidas no RI e EA. • Em caso de incumprimento de normas e regras de conduta, tomar atitudes assertivas, em consonância com a gravidade da ocorrência. • Participar ativamente em todas as atividades desenvolvidas no âmbito do programa “Tu consegues fazer melhor!”. • Criar as condições necessárias para a construção de uma boa relação pedagógica com os alunos.
Não Docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperar na construção de um clima de escola seguro, tranquilo e harmonioso indispensável ao bom funcionamento da escola. • Colaborar na prevenção e resolução dos problemas comportamentais. • Cumprir e fazer cumprir as normas e regras de conduta estabelecidas no RI e EA. • Em caso de incumprimento de normas e regras de conduta, tomar atitudes assertivas, em consonância com a gravidade da ocorrência. • Participar ativamente em todas as atividades desenvolvidas no âmbito do programa “Tu consegues fazer melhor!”.
Alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a construção de um clima de escola seguro, tranquilo e harmonioso, facilitador da convivência escolar e da integração plena de todos os alunos. • Cumprir as normas e regras de conduta estabelecidas no RI e EA. • Respeitar a autoridade do pessoal docente e não docente da escola. • Respeitar os direitos dos outros alunos, nomeadamente, o direito à educação. • Ter uma postura adequada na sala de aula. • Empenhar-se, ativamente, na sua educação e formação integral. • Preservar espaços e equipamentos.
Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar de forma ativa e responsável a vida escolar do seu educando • Colaborar com os docentes no cumprimento das normas e regras de conduta estabelecidas no RI e EA. • Diligenciar para que o seu educando cumpra os deveres de assiduidade, pontualidade, tenha um comportamento adequado na escola e se empenhe nas atividades propostas. • Comparecer na escola sempre que solicitado. • Colaborar com os professores na resolução dos problemas de ordem disciplinar. • Participar ativamente em todas as atividades desenvolvidas no âmbito do programa “Tu consegues fazer melhor!”.

4.2. Perfil do Professor-Tutor

A seleção dos professores-tutores deve ser alvo de uma escolha criteriosa, uma vez que está dependente deles, muitas vezes, o sucesso da integração dos alunos problemáticos e a minimização das situações de conflito. Além disso, este deve ser uma referência para os alunos problemáticos. Tendo em consideração estes aspetos apresentamos o seguinte perfil do professor tutor:

- Possuir equilíbrio e maturidade que permitam atuar adequadamente perante problemas de diversa ordem e vários tipos de pressões a que está sujeito no desenvolvimento da ação tutorial.
- Revelar um espírito aberto e uma disponibilidade no sentido de ser capaz de estabelecer empatia com o(s) aluno(s) que tem a seu cargo.
- Ser capaz de relacionar-se facilmente com os alunos e as suas famílias.
- Acreditar no processo evolutivo do(s) aluno(s), ajudando(s) a resolver os seus problemas e a evoluir adequadamente.
- Ser capaz de mediar situações de conflito.
- Ter a capacidade de trabalhar em equipa.
- Ser coerente, flexível, exigente e persistente.
- Proporcionar aos alunos situações enriquecedoras e gratificantes de aprendizagem.

4.3. Funções do Professor-Tutor

O professor tem como funções:

- Analisar pormenorizadamente as características próprias dos alunos designadamente, dados pessoais e familiares; interesses e motivações; dificuldades de aprendizagem; nível de integração na escola e na turma; necessidades educativas; podendo utilizar para isso inquéritos, entrevistas ou outras metodologias que se adequem a cada caso concreto.
- Realizar o acompanhamento e a orientação dos alunos, propostos ou voluntários, em atividades de estudo (métodos e técnicas de estudo) e atividades de aquisição de competências sociais. Para que tal seja possível, o professor-tutor reunirá com o seu tutorado 90 minutos semanais numa sala específica para este projeto.
- Fomentar a participação da família na educação do seu filho.
- Articular com o diretor de turma, o conselho de turma, o SPO, o núcleo de apoio educativo, a direção, os encarregados de educação, a CPCJ as atividades, estratégias e recursos educativos necessários à integração do tutorado, de modo a evitarem intervenções sobrepostas ou mesmo contraditórias.
- Fazer de intermediário entre a escola e as famílias para ajudar a solucionar conflitos existentes.

4.4. Perfil do Aluno Tutorado

Os alunos a usufruir deste plano tutorial devem estar enquadrados nos seguintes parâmetros:

- Problemas de integração escolar.
- Problemas de comportamento.
- Incumprimento de regras.
- Dificuldades de relacionamento interpessoal.
- Problemas na estrutura familiar.
- Falta de motivação/expetativas face ao futuro.
- Desinteresse pelas atividades escolares.
- Dificuldades de aprendizagem.

5. Operacionalização

Fases do Plano	Procedimentos a seguir	Intervenientes	Calendarização
1. Detecção de Problemas	<ul style="list-style-type: none"> Sinalização dos casos para acompanhamento tutorial, através do preenchimento de um formulário da proposta de frequência do programa de tutoria¹, que deverá ser entregue à direção da escola, que as reencaminhará para o conselho de tutoria. As propostas deverão ser fundamentadas e, posteriormente, sujeitas a uma triagem que será da competência do conselho de tutoria. Neste processo será solicitada também a intervenção do SPO. 	Direção Conselho de Turma Conselho de Tutoria SPO	Início ou fim do ano letivo
2. Análise do Problema	<ul style="list-style-type: none"> Recolha de informações revelantes para a compreensão da(s) problemática(s) dos alunos: dados pessoais e familiares; história escolar e familiar; características individuais (motivações, interesses, forma de aprendizagem; adaptação ao contexto familiar e social; integração na escola e na turma; necessidades educativas). 	Conselho de Tutoria	Início do ano letivo
3. Organização da Documentação	<ul style="list-style-type: none"> Preenchimento da ficha individual do aluno tutorado (FIAT)¹ pelo conselho de tutoria, onde deverá fazer-se uma síntese de toda a informação relevante recolhida na fase anterior. 		
4. Distribuição dos Alunos	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição dos casos sinalizados pelos professores-tutores, de acordo com as características e os problemas apresentados pelos alunos e as características do professor-tutor. 	Direção Conselho de Tutoria	

¹ Ver apêndices

Fases do Plano	Procedimentos a seguir	Intervenientes	Calendarização
5. Definição de Prioridades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização da ficha do aluno tutorado, estabelecendo as prioridades da ação tutorial, o horário das sessões e os intervenientes do programa. ▪ Apresentação da ficha aos alunos tutorados e aos respetivos encarregados de educação, promovendo a sua participação e recolhendo possíveis sugestões. ▪ Criação de contratos comportamentais com os alunos tutorados e com os encarregados de educação. 	Professor Tutor Alunos Tutorados Encarregados de Educação	No início do ano letivo
6. Acompanhamento Individualizado e Personalizado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registo de informações relevantes para o projeto de tutoria: entrevistas periódicas, registo de ocorrências, grelhas de observação de atitudes e comportamento, competências, dificuldades... ▪ Acompanhamento da aprendizagem global do aluno tutorado, detetando os seus pontos fortes e pontos fracos. ▪ Ajuda ao aluno tutorado na análise das suas dificuldades de aprendizagem, identificando as suas possíveis causas e consequências, bem como as diferentes formas de superá-las ou minimizá-las. ▪ Apoio ao aluno tutorado na aquisição de estratégias, técnicas, hábitos e métodos de trabalho e estudo. ▪ Desenvolvimento no aluno tutorado de competências sociais e relacionais, favorecendo a adoção de atitudes positivas em relação à escola, professores, funcionários e pares. ▪ Desenvolvimento no aluno tutorado da capacidade de autoconhecimento com vista ao estabelecimento de metas alcançáveis e ao crescimento da sua autoestima. Caso de justifique, poderá ser pedida a ajuda do SPO. 	Professor Tutor Alunos Tutorados SPO	Ao longo do ano letivo

Fases do Plano	Procedimentos a seguir	Intervenientes	Calendarização
7. Adequação do Processo de Ensino-Aprendizagem	<p>Sempre que se justifique,</p> <ul style="list-style-type: none"> Propor a adequação das planificações disciplinares e das metodologias de ensino e de avaliação (critérios, instrumentos e técnicas); Propor a abordagem de conteúdos/objetivos prioritários. 	<p>Professor Tutor</p> <p>Conselho de Turma</p>	Ao longo do ano
8. Apoio às Famílias dos Alunos Tutorados	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de contatos regulares com os encarregados de educação dos alunos tutorados, com o objetivo de envolvê-los no programa de tutoria. Promoção de ações de sensibilização e promoção da disciplina em contexto escolar com o objetivo ajudar os encarregados de educação a atuar perante a indisciplina dos seus educandos e promover competências de relacionamento entre a família, a escola e a comunidade. 	<p>Conselho de Tutoria</p> <p>Professores Tutores</p> <p>Docentes</p> <p>SPO</p>	
9. Avaliação do Programa de Tutoria	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de um relatório por cada professor tutor para cada aluno tutorado no final de cada período, conforme guião². Este relatório deverá ser entregue ao diretor de turma antes das reuniões de avaliação e analisado nas mesmas, sendo, posteriormente anexado às atas. Autoavaliação do programa de tutoria pelos alunos tutorados, através de um formulário de autoavaliação². Análise e discussão dos diferentes relatórios do programa de tutoria em sede de conselho de tutoria. No final do ano letivo, o coordenador do conselho de tutoria apresentará um relatório síntese do programa de tutoria à direção. 	<p>Conselho de Tutoria</p> <p>Professores Tutores</p> <p>Conselho de Turma</p> <p>Coordenador do Conselho de Tutoria</p>	<p>No final de cada período</p> <p>No final do ano letivo</p>

² Ver apêndices

CONCLUSÃO

Com este trabalho de investigação empírica, pretendemos conhecer e compreender, em pormenor, o fenómeno da indisciplina no contexto da escola alvo do estudo. Analisar o problema, identificar causas e fatores que poderão contribuir para a existência de condições que colocam em causa uma vivência normal e saudável entre todos os elementos da comunidade educativa, é uma imperiosa necessidade. Encontrar caminhos de intervenção, contribuindo para a prevenção e resolução dessas situações foi o intuito deste trabalho empírico.

Foi com o objetivo de dar consecução a estas necessidades que surgiu este projeto de investigação. No entanto, consideramos que, tratando-se de uma *investigação em educação*, as situações ocorrem de uma forma dinâmica e peculiar e envolvem diferentes conceitos e tipos de indisciplina e diversos atores (alunos, professores, encarregados de educação, órgãos de gestão, assistentes operacionais). Assim, o trabalho de investigação foi árduo e complexo, contudo, simultaneamente, desafiador e aliciante.

Apesar de todo o empenho e dedicação colocados na elaboração deste projeto, temos a perfeita noção que, dada a complexidade e profundidade da temática, esta não se esgota neste trabalho, nem tal foi a nossa pretensão.

Para desenvolver este projeto partimos de pressupostos teóricos relacionados com o conceito de indisciplina. Neste aspeto, os autores abordados são unânimes em considerar o fenómeno da indisciplina bastante complexo e subjetivo. Os mesmos associam a indisciplina essencialmente com a ausência de disciplina, quebra de regras estabelecidas, comportamentos não legitimados pelo professor e que interferem negativamente na dinâmica de sala de aula e no normal decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Percebemos que, apesar das diferentes perspetivas, a indisciplina surge-nos como um fenómeno que tem proliferado, sendo encarado pelos docentes como algo muito perturbador, afetando-os muitas vezes psicologicamente.

Na origem dos comportamentos indisciplinados, como percebemos ao longo deste estudo, estão uma panóplia de fatores que abrangem diferentes domínios: sociais, psicológicos e relacionais. Assim, a indisciplina apresenta-se como um fenómeno com múltiplos focos, nomeadamente, a sociedade, a família, a escola, os professores, os alunos. Como consequência da indisciplina surge o crescimento do insucesso escolar, as dificuldades de sociabilização, a diminuição da autoestima docente, o sentimento de impotência, o desgaste físico e psicológico.

A frequência e a gravidade crescentes dos comportamentos indisciplinados obrigam os diferentes agentes educativos a repensarem a sua atuação e a sua postura

de forma a minimizar esta problemática. Neste sentido, é exigida uma ação concertada por parte de todos os membros da comunidade educativa, isto é, uma responsabilização partilhada entre todos (alunos, professores, direção, assistentes operacionais e encarregado de educação).

Em relação à metodologia adotada na investigação, optamos por uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), privilegiando a recolha de dados através do preenchimento de inquéritos por questionários constituídos, maioritariamente, por questões fechadas, dicotómicas e de escolha múltipla.

Os resultados do estudo empírico, partindo da análise e interpretação das respostas aos inquéritos por questionário aplicados a professores e alunos do 2º ciclo de uma EB 2/3, permite-nos identificar e compreender melhor a perceção que estes têm sobre o fenómeno da indisciplina em contexto de sala de aula, designadamente o seu conceito, as suas causas e consequências, a sua frequência e gravidade, as estratégias adotadas para fazer face ao problema e as medidas sancionatórias mais eficazes.

Tanto para professores, como para alunos, os casos mais comuns da indisciplina em sala de aula situam-se no primeiro nível de indisciplina proposto por João Amado (2010), em que prevalecem comportamentos que colocam em causa as regras estabelecidas pela escola e o cumprimento das tarefas propostas.

Quanto à gravidade das diferentes situações de indisciplina, as respostas de professores e alunos foram bastante semelhantes, associando-se à categoria de muito graves os casos de indisciplina relacionados com agressões a alunos e professores. No entanto, casos como trocar mensagens e papelinhos e fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula são considerados pelos docentes como graves, enquanto os alunos os consideram pouco graves.

Relativamente à frequência de problemas de indisciplina na escola, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nenhuma e 5 a muita, a maioria dos professores e alunos selecionou o nível 5. A maioria dos inquiridos também considerou que a problemática da indisciplina tem vindo a aumentar, assim como a gravidade dos casos.

Em relação ao modo como são definidas as regras de sala de aula, há uma certa discrepância entre as respostas dos dois grupos de inquiridos, uma vez que a maioria dos professores afirma que estas são definidas pelo professor em conjunto com os alunos e os discentes mencionam que são definidas unicamente pelo professor e comunicadas aos alunos.

Quanto às estratégias necessárias para fazer face ao problema da indisciplina, os dois grupos são unânimes em considerar que a minimização da indisciplina passa por um maior rigor e assertividade no tratamento dos casos de indisciplina,

consubstanciados por uma menor condescendência e tolerância para com os discentes incumpridores e pela aplicação de sanções mais severas.

Por estas respostas, depreendemos que, na escola, existe um generalizado sentimento de impunidade.

Por último, desejamos que os resultados do projeto de investigação e o plano de ação “Tu consegues fazer melhor!” sejam um ponto de partida para uma reflexão mais profunda sobre o fenómeno da indisciplina e contribuam para uma mudança da realidade, isto é, a resolução do problema.

BIBLIOGRAFIA

- Agrupamento de Escolas. (2010). Projeto Educativo. Agrupamento de Escolas.
- Alvarenga, E. Q. (2010). Ethos e Clima Escolar: Uma análise conceitual e metodológica em eficácia escolar. *Anais do 1º Congresso Regional de Educação - IX Semana da Educação*. Minas Gerais: Unimontes.
- Alves, J. (dezembro de 2008). *Escola Democrática*. Obtido em abril de 2012, de Gestão Democrática Escolar: <http://escolademocracia.blogspot.pt/>
- Amado, J. (2010). Da indisciplina escolar ao cyberbullying... *Ed. Uc Portal de Ensino à Distância*.
- Aquino, J. R. (1996). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. Em J. R. (org.), *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 39-55). São Paulo: Summus Editorial.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, G. (2009). A investigação em educação: modelos socioepistemológicos e inserção institucional. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 28, pp. 175-192.
- Bodgan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, pp. 512-531.
- Caeiro, J., & Delgado, P. (2005). *Indisciplina em contexto escolar*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carita, A., & Fernandes, G. (2012). *Indisciplina na sala de aula* (4ª Edição ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Castro, M. C. (outubro/janeiro de 2010). Indisciplina: um olhar sobre os distúrbios na escola. *Diálogos Acadêmicos*, 1.
- Curto, P. M. (1997). *A escola e a indisciplina*. Porto: Porto Editora.

Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência - Direção de Serviços de Estatística da Educação. (s.d.). *Estatística da Educação 2010/2011*. Lisboa: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência.

Estrela, M. T. (2002). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Porto: Porto Editora.

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - Direção de Serviços de Estatística. (s.d.). *Estatística da Educação 2009/2010 - Jovens*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - Direção de Serviços de Estatística. (outubro de 2010). *Perfil do Aluno 2008/2009*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Garcia, J. (1999). Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº95, pp. 101-108.

Lopes, J. A. (2002). *Problemas de Comportamento, Problemas de Aprendizagem e Problemas de "Ensinação"* (2ª Edição ed.). Coimbra: Quarteto.

Paiva, M., & Lourenço, A. (2010). Disrupção escolar e rendimento académico: um estudo com modelos de equações estruturais. *Actas do VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 2704-2718). Universidade do Minho.

Picado, L. (2009). *A indisciplina em sala de aula: uma abordagem comportamental e cognitiva*. Obtido em 2012, de Psicologia.pt-O Portal dos Psicólogos: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0484.pdf>

Quivy, R., & LucVan, C. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rego, T. C. (1996). A indisciplina e o processo na perspectiva de Vygotski. Em J. G. Aquino, *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 83-102). São Paulo, Brasil: Summus Editorial.

Sampaio, D. (s.d.). *Indisciplina: Um signo geracional?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Silva, M. P., & Neves, I. P. (2006). Compreender a (in)disciplina na sala de aula: uma análise das relações de controlo e de poder. *Revista Portuguesa de Educação*, 19, pp. 5-41.

Teis, D., & Teis, M. (2006). *A abordagem qualitativa: a leitura histórica no campo de pesquisa*. Obtido em 13 de janeiro de 2013, de Biblioteca online de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>

Tiba, I. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Editora Gente.

Vasconcellos, C. (1997). Os desafios da indisciplina na sala de aula e na escola. *Série Idéias*, pp. 227-252.

World Health Organisation. (1999). *WHO information series on school health*. Geneva: World Health Organisation.

Legislação

Decreto-Lei 75/2008 de 22 de abril de 2008.

Lei 30/2002 (20 de dezembro). Estatuto do Aluno do Ensino não Superior.

Lei 3/2008 (18 de janeiro de 2008). Primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário.

Lei 39/2010 (2 de setembro de 2010). Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro.

Lei n.º 51/2012. (5 de setembro de 2012). Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

APÉNDICES

Autorização do MIME para Aplicação dos Inquéritos

Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0352000001, com a designação *Inquéritos por questionário a docentes e alunos sobre a indisciplina em contexto de sala de aula*, registado em 05-12-2012, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo(a) Senhor(a) Dr(a) Sónia Cristina da Silva Azevedo
Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos

José Vitor Pedroso

Diretor de Serviços de Projetos Educativos DGE

Observações:

a) A realização dos Inquéritos fica sujeita a autorização prévia das Direções dos Agrupamentos de Escolas.

b) Dado que na investigação se obtêm dados pessoais para uso e tratamento em trabalho académico, exige-se a garantia de anonimato, confidencialidade e proteção dos mesmos. Deverá ser obtido o consentimento informado e a respetiva autorização dos inquiridos para realização do estudo e bem assim dos próprios alunos pelos seus representantes legais (menos de 18 anos). As autorizações assinadas pelos EE devem ficar em poder da Escola à qual pertencem os alunos.

Pode consultar na Internet toda a informação referente a este pedido no endereço <http://mime.gepe.min-edu.pt>. Para tal terá de se autenticar fornecendo os dados de acesso da entidade.

Inquérito por Questionário aos Docentes

Caro colega:

Este inquérito por questionário é parte integrante de um trabalho de investigação intitulado "REPENSAR A INDISCIPLINA" que está a ser realizado no âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Os dados recolhidos serão confidenciais e o seu uso será estritamente estatístico.

Sónia Azevedo

I. PERFIL DO DOCENTE

A. Dados Pessoais

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

2. Idade: ☐ Até 25 anos
☐ Entre 26 e 30 anos
☐ Entre 31 e 40 anos
☐ Entre 41 e 50 anos
☐ Mais de 50 anos

3. Formação Académica: ☐ Bacharelato
☐ Licenciatura
☐ Pós-graduação
☐ Mestrado
☐ Doutoramento

B. Dados Profissionais

4. Situação Profissional: ☐ Professor do Quadro ☐ Professor Contratado

5. Tempo de Serviço: ☐ Menos de 5 anos ☐ Entre 5 a 10 anos
☐ Entre 11 e 20 anos ☐ Mais de 20 anos

II. REPRESENTAÇÃO DO DOCENTE ACERCA DA INDISCIPLINA

6. Quais os casos mais comuns de indisciplina nas suas aulas?

- ☐ Alunos irrequietos
- ☐ Alunos que trocam mensagens e papelinhos
- ☐ Alunos que não cooperam com o professor
- ☐ Alunos desinteressados e desmotivados
- ☐ Alunos que interrompem as aulas sem justificação válida, só para desestabilizar
- ☐ Alunos com comportamentos agressivos
- ☐ Outra: _____

7. Na sua opinião, qual o grau de gravidade dos seguintes tipos de indisciplina?

	Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito Grave
Falar em voz baixa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trocar mensagens e papelinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gozar os colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agredir os colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não acatar as ordens do professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gozar o professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agredir o professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Qual a frequência de problemas de indisciplina na sua escola?

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muita

9. Assinale as cinco principais causas que motivam o aparecimento da indisciplina em sala de aula.

- ☐ Massificação do ensino
- ☐ Desvalorização do conhecimento acadêmico
- ☐ Currículos e programas sem interesse
- ☐ Desestruturação familiar
- ☐ Posicionamento dos encarregados de educação face à escola (permissivos, repressivos ou desinteressados)
- ☐ Má constituição de turmas e horários
- ☐ Sensação de impunidade
- ☐ Influência do grupo ou pares
- ☐ Insucesso escolar
- ☐ Incompatibilidade com colegas
- ☐ Incompatibilidade com professores
- ☐ Inadequados métodos e estratégias de ensino por parte dos professores
- ☐ Dificuldade do professor para lidar com situações de conflito

10. Considera que, ao longo da sua atividade docente, a frequência da indisciplina em sala de aula...

- ☐ Cessou
- ☐ Diminuiu
- ☐ Manteve a mesma frequência
- ☐ Aumentou
- ☐ Aumentou muito

11. Considera que, ao longo da sua atividade docente, a gravidade das situações de indisciplina em sala de aula...

- ☐ Diminui
- ☐ Manteve a mesma gravidade
- ☐ Aumentou
- ☐ Aumentou muito

12. Assinale as três principais consequências da indisciplina em sala de aula.

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Crescimento do insucesso escolar | <input type="checkbox"/> Dificuldades de socialização |
| <input type="checkbox"/> Violência | <input type="checkbox"/> Criminalidade |
| <input type="checkbox"/> Diminuição da autoestima docente | <input type="checkbox"/> Sentimento de impotência |
| <input type="checkbox"/> Desejo de abandono da profissão | <input type="checkbox"/> Degaste físico e psicológico |

III. IMPACTO DA INDISCIPLINA NA ATIVIDADE DOCENTE

13. Indique com que frequência utiliza as seguintes estratégias para promover a disciplina.

	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes
Referir claramente as regras da sala de aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com os alunos acerca do comportamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com o aluno indisciplinado no final da aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trocar os lugares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Evidenciar que quem manda é o professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Repreender diretamente o aluno indisciplinado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ameaçar o aluno indisciplinado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apostar na qualidade da relação pedagógica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação ao encarregado de educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação ao diretor de turma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação à direção da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ordem de saída da sala de aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Repensar metodologias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elogiar o aluno no momento de um comportamento adequado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Alguma vez se sente incapaz de resolver ou controlar problemas disciplinares?

☐ Sempre ☐ Muitas vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

15. Descreva, de forma sucinta, uma situação concreta em que não foi capaz de controlar ou resolver uma situação de indisciplina na sala de aula.

16. Descreva, de forma sucinta, uma situação concreta em que foi capaz de controlar ou resolver uma situação de indisciplina na sala de aula.

17. Durante as primeiras aulas, define as regras da sala de aula?

☐ Sempre

☐ Às vezes

☐ Nunca

18. Como são definidas as regras de sala de aula?

☐ Definidas unicamente pelo professor e comunicadas aos alunos

☐ Definidas só pelos alunos

☐ Definidas pelo professor em conjunto com os alunos

☐ Nunca são definidas

19. Que importância atribui ao Regulamento Interno para a construção da disciplina escolar?

☐ Fundamental

☐ Importante

☐ Pouco importante

☐ Nada importante

20. Considera que os diferentes agentes educativos têm um conhecimento satisfatório do Regulamento Interno?

	Sim	Não
Professores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assistentes Operacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pais/Encarregados de Educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Na escola são realizadas atividades que visam combater a indisciplina?

☐ Nunca

☐ Raramente

☐ Às vezes

☐ Muitas vezes

22. Que atividades são promovidas na escola para combater a indisciplina?

Se respondeu "Nunca" na questão anterior, passe para a próxima questão.

- ☐ Palestras
- ☐ Campanhas de sensibilização
- ☐ Formação
- ☐ Parcerias com outras instituições
- ☐ Promoção da participação e envolvimento dos pais/encarregados de educação na construção da disciplina escolar
- ☐ Outra: _____

23. Quais são as medidas mais adotadas pela sua escola nos casos de indisciplina em sala de aula?

- ☐ Repreensão verbal
- ☐ Repreensão escrita
- ☐ Convocar os encarregados de educação
- ☐ Realização de trabalho comunitário
- ☐ Suspensão da escola
- ☐ Contrato/Negociação
- ☐ Acompanhamento dos alunos por um professor tutor
- ☐ Encaminhamento dos alunos para o serviço de psicologia e orientação
- ☐ Transferência de escola

24. Considera que as medidas adotadas pela escola são as mais adequadas? Justifique a sua resposta.

25. Como professor, que estratégias sugeriria à direção da escola para reduzir o número de casos de indisciplina?

Obrigada pela sua colaboração

Inquérito por Questionário aos Alunos

Caro(a) aluno(a)

Este inquérito por questionário é parte integrante de um trabalho de investigação intitulado "REPENSAR A INDISCIPLINA" que está a ser realizado no âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Todos os questionários são anónimos e as respostas obtidas são confidenciais.

Por favor, responde com sinceridade. Lembra-te que não há respostas certas nem erradas! Não deixes nenhuma questão por responder.

Sónia Azevedo

I. Identificação

1. Idade ☐ Entre 9 e 11 anos ☐ Entre 12 e 14 anos ☐ Mais de 15 anos

2. Género ☐ Masculino ☐ Feminino

3. Ano de escolaridade que frequentas ☐ 5ºAno ☐ 6ºAno

4. Ao longo do teu percurso escolar, quantas retenções tiveste?

☐ Nenhuma retenção

☐ 1 retenção

☐ 2 retenções

☐ 3 ou mais retenções

II. Representações sobre a Indisciplina

5. Já alguma vez tiveste uma ou mais participações disciplinares no teu percurso escolar?

☐ Sim

☐ Não

6. Se respondeste sim, indica o(s) motivo(s).

- ☐ Não conseguia estar quieto
- ☐ Não cooperava com o professor
- ☐ Estava quase sempre distraído
- ☐ Trocava mensagens e papelinhos
- ☐ Reagia violentamente quando me provocavam
- ☐ Pedia muitas vezes para ir à casa de banho
- ☐ Interrompia as aulas com atitudes agressivas (verbais e físicas)
- ☐ Recusava realizar as tarefas propostas
- ☐ Mostrava-me desinteressado.
- ☐ Outra: _____

7. O que significa para ti indisciplina em sala de aula?

	Sim	Não
Desobediência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com os colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interromper as aulas desnecessariamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manifestar comportamentos agressivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não trazer o material para a aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não realizar as tarefas propostas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Discutir com o professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer comentários provocadores de modo a causarem perturbação na turma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Na tua opinião, qual a gravidade dos seguintes tipos de indisciplina?

	Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito Grave
Falar em voz baixa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trocar mensagens e papelinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gozar os colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Agredir os colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer perguntas/comentários pouco adequados à aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não acatar as ordens do professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gozar o professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agredir o professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Qual a frequência de problemas de indisciplina na tua turma?

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muita

10. Consideras que, ao longo do teu percurso escolar, as situações de indisciplina em sala de aula...

- ☐ Cessaram
- ☐ Diminuíram
- ☐ Mantiveram-se
- ☐ Aumentaram
- ☐ Aumentaram muito

11. Consideras que, ao longo do teu percurso escolar, a gravidade das situações de indisciplina em sala de aula...

- ☐ Diminui
- ☐ Manteve a mesma gravidade
- ☐ Aumentou
- ☐ Aumentou muito

12. Durante as primeiras aulas, define-se as regras de sala de aula?

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

13. Como são definidas as regras de sala de aula?

- ☐ Definidas unicamente pelo professor e comunicadas aos alunos
- ☐ Definidas só pelos alunos
- ☐ Definidas pelo professor em conjunto com os alunos
- ☐ Nunca são definidas

14. Como aluno, que estratégias sugeririas à direção da escola para reduzir o número de casos de indisciplina.

Obrigada pela colaboração

Formulário para Proposta de Frequência do Programa de Tutoria

Identificação do Aluno

Nome: _____ Nº: _____ Ano/Turma: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Nº de Retenções: _____ Anos: _____

História Escolar do Aluno

História Familiar do Aluno

Problemas Evidenciados

Data da Proposta: ____/____/____

O(A) Diretor(a) de Turma: _____

Ficha Individual do Aluno Tutorado

Identificação

Nome: _____		
Nº: _____	Ano/Turma: _____	Data de Nascimento: ____/____/____
Nome do Pai: _____		
Nome da Mãe: _____		
Morada: _____		
Código Postal: _____	-	Contatos: _____/_____
Diretor de Turma: _____		
Professor do Ensino Especial _____		

Percurso Escolar

Frequentou o ensino pré-escolar: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Nº de anos: _____
Frequentou o 1º ciclo do ensino básico na escola _____	
_____ durante _____ anos.	
Nº de retenções: _____	Anos de escolaridade: _____

Caraterização do Aluno

a) Problemas ao Nível de Aprendizagem

- ☐ Falta de hábitos e métodos de trabalho, organização e estudo
- ☐ Desinteresse pelas atividades escolares
- ☐ Insucesso escolar
- ☐ Dificuldades de aprendizagem a nível da atenção/concentração e memorização

b) Problemas ao Nível Socio Afetivo

- ☐ Desmotivação
- ☐ Instabilidade emocional
- ☐ Baixa autoestima
- ☐ Agressividade
- ☐ Dificuldades de integração a nível da escola
- ☐ Dificuldades de integração a nível do grupo turma
- ☐ Dificuldades de relacionamento com o grupo de pares
- ☐ Problemas familiares
- ☐ Lacunas de formação a nível de valores
- ☐ Comportamentos de indisciplina com pares

- ☐ Comportamentos de indisciplina com professores
- ☐ Comportamentos de indisciplina com escola
- ☐ Risco de abandono

Resultados Escolares

Disciplinas		PT	ING	HGP	MAT	CN	EM	EF	ET	EV	EMRC
Níveis	Ano Anterior										
	1ºP										
	2ºP										
	3ºP										

Prioridades de Ação Tutorial

- ☐ Ajudar o aluno a organizar o seu tempo e trabalho pessoal.
- ☐ Promover a aquisição de técnicas, métodos e hábitos de trabalho e estudo.
- ☐ Desenvolver medidas de apoio aos alunos para a sua integração na turma e na escola.
- ☐ Desenvolver atividades em articulação com a família, com os serviços especializados de apoio educativo, designadamente o SPO e o núcleo de educação especial.
- ☐ Conhecer melhor as motivações e os interesses individuais do aluno.
- ☐ Aconselhar e orientar o aluno no estudo, nas tarefas escolares e no seu relacionamento com os outros (professores, outros alunos e funcionários).
- ☐ Elaborar materiais específicos que ajudem o aluno a superar as suas dificuldades.
- ☐ Auxiliar na elaboração de resumos, trabalhos de pesquisa, trabalhos de casa e esclarecimento de dúvidas.
- ☐ Ajudar o aluno na preparação dos momentos de avaliação.
- ☐ Mobilizar recursos humanos e materiais para um apoio individualizado para o aluno, nas disciplinas onde manifeste maiores dificuldades, em articulação com os professores que lecionam essas áreas.
- ☐ Promover a realização de atividades mais atrativas e informais diferentes, para incutir no aluno o gosto e a alguma motivação para o processo de ensino-aprendizagem.
- ☐ Analisar com o aluno os resultados escolares, retirando conclusões e obtendo o seu compromisso no sentido de uma melhoria progressiva.
- ☐ Fomentar um acompanhamento de proximidade, centrado no reforço dos sucessos que vão sendo alcançados pelos alunos e nas qualidades reveladas pelos mesmos.

- ☐ Colaborar com o diretor de turma e o encarregado de educação na tentativa de resolução de problemas de comportamento e de relacionamento com os diversos membros da comunidade educativa.
- ☐ Desenvolver estratégias que visem a cooperação com a família, de modo a permitir uma aproximação entre a escola e os encarregados de educação.
- ☐ Envolver e responsabilizar a família na educação dos seus educandos através de contactos/presença regular na escola.
- ☐ Desenvolver as competências sociais dos alunos no âmbito do “saber estar”.
- ☐ Procurar, sempre que se justifique, estabelecer parcerias com instituições sociais, com por exemplo, a CPCJ.
- ☐ Orientar o aluno a planear o seu projeto de vida.
- ☐ Outras _____

Horário semanal

Sessões com o professor tutor:

- ☐ 1 Sessão semanal (90') Horário: _____
- ☐ 2 Sessões semanais (45') Horário: _____
- ☐ Sessão no SPO – Horário: _____

Intervenientes no Programa

- ☐ Aluno
- ☐ Professor Tutor da turma _____
- ☐ Professor Tutor não pertencente à turma _____
- ☐ Diretor da Turma
- ☐ Encarregado de Educação

Outros intervenientes

- ☐ SPO ☐ CPCJ ☐ Centro de Saúde ☐ Junta de Freguesia

Motivos

Local de desenvolvimento:

☐ Biblioteca

☐ Sala de Aula

☐ Centro de Recursos

☐ Gabinete do aluno

Os Intervenientes:

O Aluno: _____

Data: ____/____/____

O Encarregado de Educação: _____

Data: ____/____/____

O Diretor de Turma: _____

Data: ____/____/____

O Professor Tutor: _____

Data: ____/____/____

Ficha de Autoavaliação do Programa de Tutoria - Alunos

Da experiência que tiveste ao longo das sessões de tutoria, gostaríamos de saber que avaliação fazes das mesmas e conhecer a tua opinião acerca da sua influência e importância na alteração da tua postura na escola, em geral, e na sala de aula, em particular.

Professor Tutor: _____

Aluno Tutorado: _____

Domínio das aprendizagens

	Sim	Não
Tomei consciência da necessidade de alterar a minha forma de estudo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquiri novos métodos e hábitos de trabalho e estudo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Consegui estar mais atento e concentrado nas aulas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilizei o apoio tutorial para esclarecer dúvidas e consolidar conhecimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Descobri que posso auxiliar o meu estudo com a utilização de outros recursos (biblioteca, sala de estudo, centro de recursos).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Domínio da relação com os outros

	Sim	Não
Melhorei o meu comportamento na sala de aula.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitei os professores, os colegas e os funcionários.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprendi a pensar antes de agir.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto-me mais integrado na turma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Sessões de tutoria

	Sim	Não
Na sessões de tutoria tive possibilidade de:		
Trabalhar em pequenos grupos com o apoio do professor tutor, o que me ajudou a ultrapassar as minhas dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Refletir sobre o meu comportamento nas aulas e a minha relação com os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tomar maior consciência das atitudes que deverei/poderei ter em relação aos riscos que a sociedade atual enfrenta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Sim	Não
Com a figura do professor tutor senti que a escola está preocupada:		
Em acompanhar o meu percurso escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com a minha integração nas atividades escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com o meu desenvolvimento integral enquanto cidadão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gostei de ter um professor que me acompanhou de uma forma mais próxima.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gostaria de continuar a frequentar as sessões de tutoria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Guião do Relatório do Programa de Tutoria – Finais de Período

1 – Caracterização do aluno

- Dados Pessoais
- Dados relevantes sobre a história escolar e familiar
- Problemas identificados
- Necessidades educativas
- Características pessoais (interesses, motivações, adaptação familiar e social, integração na escola).

2 – Acompanhamento personalizado do aluno

- Registo de ocorrências
- Observações de atitudes, comportamento, competências sociais demonstradas, dificuldades...

3 – Adequação do Ensino /Aprendizagem

- Necessidade de adequação de planificações
- Metodologias de ensino e de avaliação adequadas ao aluno
- Necessidade de seleção de conteúdos

4 – Articulação com a Família

- Reuniões efetuadas com o encarregado de educação
- Estratégias definidas

5 – Necessidades Educativas Especiais

- Necessidade de colaboração do Ensino Especial e SPO
- Estratégias adotadas

6 – Parcerias com outras instituições

- Objetivos
- Estratégias

7 – Conclusão

- Situação do aluno
- Continuidade ou não da tutoria

